

DIURNA.

a ousadia de escrever

OUT 2024

Nº 16

ANO 5

Número XVI

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa

Porto | Lisboa | Braga | Viseu

Edição | Outubro 2024

D.

DIREÇÃO NACIONAL

Diretora Nacional
Ana Lorena de Sêves

Editor in Chief - Porto
Catarina Samões

Editor in Chief - Lisboa
Rui Lopo

EQUIPA EDITORIAL

Porto

Catarina Samões
Adriana Magalhães
Francisca Rocha
Rui Santos

Lisboa

Ana Lorena de Sêves
Rui Lopo
Joao Soeiro da Costa
Joao Pinheiro da Silva
Rosalina de Sousa

Braga

Maria Clara Valentim

Viseu

Beatriz Oliveira

MARKETING MANAGEMENT

Ana Lorena de Sêves
Catarina Samões



D.

AGRADECIMENTOS

A equipa do Diurna. dedica esta 16ª Edição aos Senhores Diretores das Escolas de Direito do Porto e de Lisboa, Prof. Doutor Manuel Fontaine e Prof. Doutora Ana Taveira da Fonseca, ao Senhor Diretor da Faculdade de Medicina Prof. Doutor António de Almeida, ao Senhor Diretor da Católica Porto Business School Prof. Doutor João Pinto, ao Senhor Diretor da Católica Lisbon School of Business and Economics Prof. Doutor Filipe Santos, á Senhora Diretora da Escola Superior de Biotecnologia Prof. Doutora Paula Castro por acreditarem no nosso projeto e continuarem a torná-lo possível.

Agradecemos à Senhora Reitora Prof.ª Doutora Isabel Capelo Gil, ao Senhor Vice-Reitor Prof. Doutor José Manuel Pereira de Almeida, e ainda, especialmente ao Senhor Prof. Doutor JOÃO Santos Pereira e ao Senhor Prof. Doutor Guilherme Almeida e Brito.

Aos nossos Autores, em especial, aos que nos deram a honra de uma tão agradável conversa, o Senhor Patriarca de Lisboa, D. Rui Valério e o Senhor Doutor José Tavares..

Por último, à Catarina Andrade que nos confiou este projeto e o fez crescer. Ao Nuno Brochado de Agarez, criador do Diurna, por também nos confiar este projeto.

Sponsors



CATOLICA
FACULDADE
DE DIREITO
ESCOLA DO PORTO



CATOLICA
FACULDADE DE MEDICINA
LISBOA



CATOLICA
CATÓLICA PORTO
BUSINESS SCHOOL
PORTO



CATOLICA
FACULDADE
DE DIREITO
ESCOLA DE LISBOA



CATOLICA
ESCOLA SUPERIOR
DE BIOTECNOLOGIA
PORTO



CATOLICA
LISBON
BUSINESS & ECONOMICS

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.
Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

ÍNDICE

- 9 **Editorial**
Ana Lorena de Sèves
Diretora Nacional do Diurna
- 10 **Editorial**
Catarina Samões
Editor-in-Chief Porto
- 11 **Portugal é e deve continuar a ser um país aberto ao mundo**
Bernardo Ivo Cruz
Professor Convidado, Instituto de Estudos Políticos/UCP
- 14 **Personalidade em Destaque D. Rui Valério**
Patriarca de Lisboa e Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança.
- 26 **A Autenticação Forte - Standard Europeu de Autenticação em pagamentos eletrónicos**
Tiago Dâmaso
Advogado
- 29 **O pacto europeu para as migrações**
Gonçalo Saraiva Matias
Professor Auxiliar da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
- 33 **Literacia financeira**
Luis Krug Pacheco
Professor de Finanças, Mercados Financeiros e Fusões & Aquisições na Católica Porto Business School
- 35 **Inkreal: International for real?**
A decisão do TJUE no processo C-566/2
Maria Joao Fernandes
Professora de Direito na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
- 38 **Ousadia de escrever... O caso do Telegram**
Marta Cansado
Aluna de Direito na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
- 41 **Personalidade em Destaque José Tavares**
Presidente do Tribunal de Contas (2020-2024)
- 49 **Cardiologia Pediátrica**
José Diogo Ferreira Martins
Cardiologista Pediátrico Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Medicina da Católica
- 51 **Ousadia de ler... A culpa Incansável**
Joao Soeiro da Costa
Aluno de Direito da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa
- 55 **A União Europeia numa encruzilhada: quando a ambição colide com a realidade**
Pedro Lima
Professor de História e Iniciativas Empresariais e Introdução ao Estudo da Empresa na Católica Porto Business School
- 58 **Do Estigma Social à Literacia em Saúde Mental**
Sandra Oliveira
Psicóloga Clínica e da Saúde Professora Auxiliar Convidada Faculdade de Ciências Humanas da UCP
- 62 **Além da tradição: repensar as estratégias de recursos humanos**
Pedro Pita Barros
BPI | Fundação "1a Caixa" Professor of Health Economics Nova School of Business and Economics Universidade Nova de Lisboa
- 64 **Ética e deontologia na profissão de advogado**
Isabel Menéres Campos
Professora na Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa e Advogada
- 66 **Mitos sobre Higiene Dentária**
Tiago Marques
Médico Dentista
- 69 **Transplantes e Escassez de Órgãos: Novas Abordagens e Tecnologias**
Ana Leite Oliveira
Investigadora e Professora da Escola Superior de Tecnologia da Universidade Católica Portuguesa
- 71 **Dar Novos Mundos ao Mundo**
Pedro Xavier
Investigador na Escola Superior de Biotecnologia da UCP
- 75 **A neurociência na estratégia de negócios e marcas**
André Cruz
Expert em Neurociência e Comportamento CEO Neura e CEO ACDI
- 77 **A Evolução e Relevância da Estomatologia: Uma Especialidade Com Mais de Um Século de História**
José Cunha Coutinho
Diretor Interino do Serviço de Estomatologia da ULS Lisboa Ocidental Membro da Direção do Colégio da Especialidade de Estomatologia da Ordem dos Médicos
- 80 **Arte em Destaque**
Miguel Dinis
Músico, compositor e CEO do Bunker Records

D.

“O conhecimento é um poder em si mesmo”.
- Thomas Hobbes

D.

DIURNA.



A EQUIPA DO DIURNA. DESEJA-LHES UMA ÓTIMA LEITURA.

D i u r n a .

EDITORIAL

Num mundo em que temos tanta informação à distância um clique é fácil de nos perdermos. No meio de tantas possibilidades, no meio de tantas perguntas que podíamos tentar encontrar uma resposta para elas não sabemos por onde começar.

Espero que o Diurna. responda a perguntas que estejam por responder, e porventura que crie novas perguntas na mente dos nossos leitores. Assim, desejo que os leitores possam encontrar novas áreas de interesse e tenham sempre vontade de saber mais.

O conhecimento é tão importante, em todas as áreas da vida. Como Thomas Hobbes escreveu “O conhecimento é um poder em si mesmo”. É um poder que todos podemos (e devemos) ter, que nos pode levar a ser pessoas melhores, mais presentes, mais despertas para o mundo em que vivemos, e, conseqüentemente para os outros.

É este percurso que o Diurna espera levar os nossos leitores a fazer este ano com uma nova equipa de editores, formada por alunos da Universidade Católica Portuguesa de várias faculdades e cursos, que convidam pessoas das suas áreas para serem autores dos artigos que compõem o Diurna. e partilharem o seu conhecimento com todos os leitores. Tem-se como objetivo não nos limitarmos apenas às áreas que estamos mais familiarizados e que possamos aprender sobre os vários interesses da sociedade.

Por isso, esta edição apresenta uma grande variedade de assuntos através dos melhores autores de várias áreas. Estes escrevem para todos os leitores de uma maneira didática, divulgando o seu saber e explicando-nos realidades, dando nos as suas opiniões oferecendo assim ao leitor novas perspectivas.

Espero que gostem desta edição.

Ana Lorena de Sèves
Diretora Nacional
Aluna da Faculdade de Medicina da
Universidade Católica Portuguesa



EDITORIAL CATÓLICA NO PORTO

À primeira vista, palavras podem parecer efémeras. Esgotam-se num momento, evaporam-se no ar. Esta universidade e o projeto Diurna. confirmam uma perspetiva diferente, ensinam o peso real e verdadeiro das palavras, a conflagração que se lhes advém. Dá-se às palavras um sentido diferente: a ousadia que é escrever.

As vozes que ecoam desde o Porto até Lisboa, jovens estudantes de áreas distintas que têm, no entanto, um propósito convergente: dar sentido às palavras de várias gerações, apreciar e condecorar a cultura que se atreve a desvanecer. Celebramos a vontade de saber e conhecer, a edificação de pareceres e de conteúdos, a harmonização da mudança com a tradição.

Este projeto interdisciplinar acolhe, este ano, uma nova equipa. Jovens estudantes que, à semelhança dos que vieram antes, adotam este projeto de braços abertos, e dão vida às suas ideias. É a continuação de um legado, e o desenho de um caminho que se enraizou na iniciativa de dar voz àqueles que têm algo a dizer. Talvez seja nesse sentido que o fator da juventude mais releva: nas palavras de Fernando Pessoa: "Depois pensemos, crianças adultas, que a vida/Passa e não fica, nada deixa e nunca regressa (...)". Mentis coloridas, o brio de quem é estudante, a ousadia de quem escreve.

Em nome da equipa do Porto, Desejo a todos uma boa leitura.

Catarina Bordalo de Sousa Samões
Editor-in-chief - Porto
Aluna da Dupla Licenciatura
de Direito e Gestão



D.



PORTUGAL É E DEVE CONTINUAR A SER UM PAÍS ABERTO AO MUNDO

No passado dia 5 de Outubro, Portugal comemorou duas datas históricas. Por um lado celebrámos 881 anos do Tratado de Zamora, que estabeleceu a nossa independência em relação a Castela e marcamos igualmente os 114 anos da Proclamação da República. E em 2024 celebrámos ainda os 50 anos da Revolução do 25 de Abril, que permitiu que Portugal apanhasse o comboio da História e se juntasse ao número de países que vive em democracia, promovendo e respeitando os direitos fundamentais e os direitos coletivos das pessoas que cá moram, protegendo esses direitos através do Estado de Direito e da separação de poderes entre o Governo, o Parlamento e os Tribunais e, finalmente, organizando eleições livres, justas, periódicas e secretas para que possamos decidir quem irá, por um período de tempo limitado, ficar responsável pela representação dos nossos interesses e pela gestão da chamada “coisa pública”.

D.

Não são muitos os Estados do mundo que se possam gabar de estar a caminho de 900 anos de independência e, em particular, que o façam tendo ultrapassado os desafios que Portugal ultrapassou. Somos, de facto, um pequeno país situado entre um grande vizinho e o oceano, sem recursos naturais e com uma população relativamente diminuta. E, no entanto, para além dos séculos de independência que já se fez referência, somos um dos países mais seguros e pacíficos do mundo e, quando nos comparamos com outros estados membros da Organização das Nações Unidas, estamos invariavelmente no 1/3 superior do desenvolvimento humano. Se pensarmos friamente nos desafios e nos resultados, estamos bastante melhor do que é costume dizermos...

“Não são muitos os Estados do mundo que se possam gabar de estar a caminho de 900 anos de independência (...)”

Há um número de explicações para que um país cuja existência poderia parecer “improvável”, sem prejuízo para as dificuldades e crises que atravessamos periodicamente, tenha conseguido chegar onde chegou. Neste texto iremos considerar apenas a decisão de abrir a nossa economia ao exterior.

Embora o processo tivesse sido iniciado pela adesão à EFTA ainda durante o Estado Novo, a decisão tomada por Mário Soares - Secretário-Geral do Partido Socialista, por Sá Carneiro - Presidente do Partido Popular Democrático (que se veio a chamar mais tarde Partido Social Democrata) e por Diogo Freitas do Amaral - Presidente do Centro Democrático Social, para pedir a adesão do nosso país à Comunidade Económica Europeia, mais tarde transformada em União Europeia (UE), significou uma aposta fundamental na consolidação de um modelo de democracia ocidental e numa economia de mercado.

“(...) uma aposta fundamental na consolidação de um modelo de democracia ocidental e numa economia de mercado.”

Quando Portugal aderiu à UE, muitas vozes preocupadas se levantaram a antecipar que a nossa economia e a nossa soberania não seriam capazes de resistir ao dinamismo de uma organização com o tamanho de metade do continente europeu e composta por países muito maiores e mais ricos que nós. No entanto, os números desmentem essas aflições, já que, segundo o Banco Mundial o PIB do nosso país passou de cerca de 25 mil milhões de dólares em 1985 para mais de 287 mil milhões de dólares no ano passado.

Sem prejuízo para os resultados económicos de longo prazo que a abertura da nossa economia apresenta, continuamos a ouvir as mesmas vozes que anunciam catástrofes eminentes para o nosso país: que as nossas empresas não resistem à concorrência, que seremos invadidos por

D.

multidões que destruirão a nossa cultura e a nossa organização social ou outras profecias de natureza semelhante. Ninguém nega que as mudanças – sejam elas quais forem – obrigam a adaptações. O que se recusa é a visão miserabilista onde tudo correrá invariavelmente mal. É claro que, como dizia Darwin olhando para a evolução das espécies, organizações complexas sobrevivem através da adaptação às condições que os cercam. E se nos lembrarmos que caminhamos para 900 anos de independência, não será descabido argumentar que temos sabido adaptar-nos a um número substantivo de mudanças...

“ Ninguém nega que as mudanças – sejam elas quais forem – obrigam a adaptações. O que se recusa é a visão miserabilista onde tudo correrá invariavelmente mal.”

Mas regressemos às razões que nos levam a defender a necessidade de termos uma economia aberta ao mundo. O mercado interno português, composto por cerca de 10 milhões de consumidores, não gera a riqueza suficiente para garantir a qualidade de vida que legitimamente ambicionamos. Se considerarmos que, segundo o Instituto Nacional de Estatísticas, as nossas exportações em 2023 atingiram cerca de €77,6 mil milhões e cobrem 215 países, é fácil compreender a importância de apostarmos na internacionalização das nossas empresas.

“O mercado interno português, composto por cerca de 10 milhões de consumidores, não gera a riqueza suficiente para garantir a qualidade de vida que legitimamente ambicionamos.”

E se somarmos o efeito do Investimento Direto Estrangeiro na economia portuguesa que, como explica o Banco de Portugal “potencia o desenvolvimento do tecido empresarial das economias receptoras, através da transferência de tecnologia e know-how, criação de emprego, promoção de comércio internacional e acesso a mercados financeiros” (<http://bpstat.bportugal.pt/conteudos/publicacoes/1646>), percebemos que uma economia fechada levar-nos-ia a um empobrecimento significativo.

Assim e ao contrário do que alguns profetas da desgraça anunciam, Portugal será muito mais próspero se continuar a ter uma economia aberta ao mundo. Aliás, não é só na economia que o nosso país ganha em se manter aberto. Também na diplomacia e na política externa, Portugal só conseguirá garantir a proteção dos seus interesses estratégicos se souber compreender as posições dos outros países e contribuir para soluções pacíficas e negociadas para as aflições do mundo. Mas isso seria matéria para outro artigo.

Bernardo Ivo Cruz
Professor Convidado,
Instituto de Estudos Políticos/UCP

D.



PERSONALIDADE EM DESTAQUE
D. RUI VALÉRIO

D.

D. RUI VALÉRIO

D. Rui Valério é Patriarca de Lisboa e Bispo das Forças Armadas e das Forças de Segurança. Licenciado em Filosofia e Teologia. Alumno da Universidade Católica Portuguesa onde Frequentou a Faculdade de Teologia no seu curso de Doutoramento.

Quando o questionámos sobre a sua experiência junto das forças militares revelou-nos que encontra nessa experiência uma vulnerabilidade humana especial, bem como a sua necessidade para a criação de atos heróicos. Conversámos ainda sobre temas como a teologia dogmática, o amor, e diferentes aspetos da Missão País.

*“O ensinamento de Jesus mais necessário é amar,
amar os outros, todos os outros,
fazer do amor uma dádiva, uma doação de nós próprios.”*

*“(…) é pela esperança que nós ganhamos
uma nova compreensão da própria vida,
da própria existência (…)*

A primeira pergunta que eu gostaria de lhe fazer, é como é que foi ser Patriarca de Lisboa este ano, era o que estava á espera de como seria?

Ser Patriarca de Lisboa, no primeiro ano, ou no segundo, ou no terceiro, é caracterizado sempre por um sentido de novidade, porque realmente a sociedade vai mudando. As pessoas também vão evoluindo, os desafios vão-se avolumando e por isso é sempre com um sentido de inovação que nós preenchemos e caracterizamos a nossa missão.

“Ser Patriarca de Lisboa, no primeiro ano, ou no segundo, ou no terceiro, é caracterizado sempre por um sentido de novidade, porque realmente a sociedade vai mudando.”

D.

Agora, aquilo que é importante é que há uma atitude de fundo que permanece que é a aquela do serviço e da disponibilidade. E ser patriarca de Lisboa para os serviços desta diocese significa, por um lado, ter sido tomado por ela, portanto não fui eu que tomei posse de Lisboa, é Lisboa que tomou posse do Patriarca, que neste caso é a minha pessoa, e, ao mesmo tempo, numa atitude de serviço, que foi esse o espírito que me trouxe cá e que sempre me acompanhará.

A nossa referência principal é o Bom Pastor, Jesus Cristo, o qual não faz a coisa por menos do que dar a vida pelas suas ovelhas, por um lado; ao mesmo tempo, coloca uma ênfase naquela dimensão do conhecimento recíproco. «Conhecem a minha voz», como diz-se no Evangelho; ora o conhecimento da voz só é possível mediante uma presença participativa na vida das comunidades, o ir ao encontro das pessoas, o tornar-se próximo.

Foi um pouco de tudo isso que eu procurei fazer ao longo deste ano tendo consciência de que Lisboa é um manancial, é uma fonte de entusiasmo, muito devido ao acontecimento que foi a Jornada Mundial da Juventude.

Sendo Bispo das Forças Armadas o que tem vindo a observar que o tenha feito refletir mais sobre a vida humana?

Continuo a ser ainda, não sei por quanto tempo, administrador apostólico das Forças Armadas e das Forças de Segurança. Essa pergunta é de uma atualidade impressionante. Ainda hoje eu acompanhei dois jovens militares, o mais jovem deles tinha 21 anos da Força Aérea. De manhã, em Abrantes estive com um outro jovem militar do Exército.

Agora há duas notas verdadeiramente, que sobressaem acerca da condição humana, derivando da minha experiência e contacto com os militares. O primeiro deles é precisamente este paradoxo ou esta dialética. Por um lado, o militar é um ser humano, portanto com toda a complexidade, vulnerabilidade, fraqueza, que isso significa; mas por outro lado o mesmo ser humano acompanhado e caracterizado por tanta vulnerabilidade é capaz de coisas grandiosas, atos heroicos.



D.

“(…) o mesmo ser humano acompanhado e caracterizado por tanta vulnerabilidade é capaz de coisas grandiosas, atos heroicos. ”

Por exemplo, quando uma pessoa consegue abdicar da sua zona de conforto, quando a pessoa é movida para um discernimento acerca do significado da sua vida e acerca do percurso da sua existência, não em função de si próprio, mas para servir os outros. Ou seja, o mesmo ser humano no qual nós encontramos e reconhecemos, enfim, tanta debilidade e às vezes até tanta fraqueza, este mesmo ser humano é capaz de coisas verdadeiramente superiores, aliás até transcendentais, digo eu. Tudo isto sugere uma reflexão e a reflexão que me é sugerida é justamente aquela por onde Deus está e passa neste crinal, nesta fronteira, nesta quase ambivalência, neste paradoxo.

Um Deus que se torna presente na paradoxalidade da existência humana, isto foi o primeiro aspeto.

O segundo aspeto é ter em conta com a presença de Deus, o sentido de Deus é transversal a todo o ser humano e o qual se apresenta, se intui nas condições da vida quotidiana, na normalidade do dia a dia. Mas estando nós a falar no âmbito das Forças Armadas e das Forças de Segurança, no âmbito muito familiarizado com os extremos: da morte, da guerra, do sofrimento. Então, o que eu tenho verificado é que é sobretudo nesses momentos de grande exigência para o ser humano, que um sentido interior que nós possuímos para captar a presença, a passagem de Deus se torna particularmente manifesto. Por exemplo, quando nós estamos num contexto de conflito, num contexto, mesmo extremo, violência, seja no âmbito das Forças de Segurança, ou no âmbito das Forças Armadas, há ali um quê dentro do ser humano, que o faz pressentir a presença de Deus, o sentido de Deus.

“(…) é sobretudo nesses momentos de grande exigência para o ser humano, que um sentido interior que nós possuímos para captar a presença, a passagem de Deus se torna particularmente manifesto.”

Um outro momento que teve lugar relativamente há poucos dias, quando houve aquela queda do helicóptero, ali junto mais ou menos à Régua, quando cinco militares da GNR passaram para a eternidade. Esse momento, esse acontecimento foi vivido com todo o drama, tragédia que nos é próprio, mas ao mesmo tempo com um profundo sentido espiritual. Porquê? Porque, e isto é uma coisa que se capta nas Forças Armadas, porque nós ali conseguimos captar a transcendência da existência humana, na sua grandiosidade destes acontecimentos, mesmo que seja pela negativa, mas na sua grandiosidade, nós facilmente estamos a pensar naquele que é o Senhor da vida, que é aquele que verdadeiramente tem uma senhoria sobre estes acontecimentos. Nós humanos

D.



pouco podemos fazer, e por isso esta foi uma experiência maravilhosa que tenho feito lá, como Bispo das Forças Armadas.

Acha que ficamos mais atentos, mais alertos a Deus nessas situações tão extremas, ficamos mais atentos, mais presentes?

Eu não diria que as situações ou as condições extremas da existência nos voltam para uma maior atenção, eu não falo de uma maior atenção, eu falo de sentido de Deus. Aliás quando a Sagrada Escritura nos diz que o Povo de Israel fez uma travessia no deserto, que Jesus se retira no deserto, somos convidados a voltar ao deserto. O deserto é o lugar das condições extremas por excelência é o lugar do sentido de Deus por excelência e do contato com Ele. Ou então quando Moisés e antes dele o próprio Abraão, quando eles subiam à montanha, ou então quando a Cruz, era o extremo dos extremos daquilo que era possível ser feito a alguém. Foram lugares privilegiados da revelação e deste captar, deste manifestar do próprio sentido de Deus.

“O deserto é o lugar das condições extremas por excelência é o lugar do sentido de Deus por excelência e do contato com Ele.”

No seu percurso que ensinamentos teve que o marcaram mais?

São Paulo é apologista de que o ser humano é um aprendiz do início ao fim da vida, portanto estamos permanentemente numa aprendizagem. Houve dois ou três momentos da minha vida que verdadeiramente me marcaram indelevelmente e que de certa forma são responsáveis por esta caracterização da minha personalidade espiritual.

O primeiro, e eu já falei tantas vezes dele, foi quando eu tinha 6/7 anos, portanto logo na

D.

primeira classe. Sofri um acidente que foi uma queimadura, que me obrigou a um retiro de cerca de seis meses no antigo hospital universitário de Coimbra. Foi uma experiência que me marcou indelevelmente e sobretudo foi ali que se plasmou muito daquilo que é a identidade e o caráter da minha fé e onde ela aconteceu. Sobretudo por isto, este miudito, foi separado da sua terra natal, dos seus pais e entrou naquele hospital. Eu não caminhava, deixei de caminhar de uma das pernas, ela ficou paralisada.

Quando entrávamos lá, havia mais ou menos esta promessa de que a ciência, a operação, a cirurgia ia resolver tudo. Só que assim que cheguei, entrei num ciclo, em que houve tantas operações, houve tantas intervenções cirúrgicas e nenhuma delas ia resultando e paralelamente a um certo ponto a minha confiança na ciência, nas operações, no Senhor Doutor que vinha de Inglaterra ia diminuindo.

Ao mesmo tempo graças também ao significado e à presença de Nossa Senhora, da recitação do terço que eu fazia lá no hospital como faço ainda hoje, que vem da altura desde casa, desde a família, ao mesmo tempo ia crescendo a confiança em Deus em Jesus Cristo ou no Menino Jesus e em Nossa Senhora. Portanto foi uma experiência interessantíssima, não só porque foram 6 meses fora de casa, tinha 6 ou 7 anos como lhe disse, eu ali tornei-me adulto, foi ali que superei a minha infância, depois de seis meses no hospital universitário. E o que aquilo me deu

foi exatamente uma confiança, uma confiança à prova de bala, em Cristo. Esta foi uma das grandes experiências da minha vida.

“(…) uma experiência que me marcou indelevelmente e sobretudo foi ali que se plasmou muito daquilo que é a identidade e o caráter da minha fé.”

Depois uma outra grande experiência também, ligada a esta foi a de noviciado em que sem querer houve uma ligação entre esta experiência de Coimbra de seis meses e depois o ano de noviciado, na medida em que aquela fé, que dizia há pouco à prova de bala, que essa experiência foi plasmando o meu coração e a minha alma no noviciado. Ela foi completamente oferecida a Jesus, esta fé cega é para Ele.

“(…) grande experiência também, ligada a esta foi a de noviciado (…)”

Entretanto uma outra experiência que também foi para mim assaz significativa foi a experiência do trabalho. No tempo em que as férias duravam meses, eu comecei a trabalhar nas fábricas, nas serrações de madeira e outras fábricas lá na minha terra. Foi uma maneira de contactar e de lidar de perto com a pessoa comum no trabalho. Também me marcou muito sobretudo pelo despertar em mim de que o trabalho é caminho da dignidade do ser humano, mas tem que ser muito dignificado e, portanto, sou muito sensível hoje a tudo aquilo que é o mundo dos trabalhadores.



“(…) férias duravam meses, eu comecei a trabalhar nas fábricas, nas serrações de madeira e outras fábricas lá na minha terra.”

Depois a experiência nas Forças Armadas também me marcou bastante, nomeadamente naquilo que as Forças Armadas me deram em termos de, lá está, momentos de condições extremas. Portanto eu estive na Marinha como capelão e pude conhecer a bordo de uma corveta o que é uma tempestade a sério no oceano. Aquilo mete medo. Ou então estar num contexto de Forças Nacionais destacadas, aquilo faz-nos pensar, faz-nos refletir muito e sobretudo por tantas vezes nos questionamos, mas como é possível que o homem mata o seu semelhante.

“(…) estar num contexto de Forças Nacionais destacadas, aquilo faz-nos pensar, faz-nos refletir muito (…)”

Depois, uma outra experiência muito bela, foi ao nível do contacto e do auxílio e do ir ao encontro, e do querer auxiliar os mais carenciados, seja em Roma ou também aqui em Lisboa. Até é difícil para nós falarmos um pouco dessa dimensão, enquanto experiência, pois a nossa tentação é começar aqui num rosário de lugares-comuns que eu de todo quero evitar. Agora, há todas essas experiências junto aos sem abrigo, aquela que verdadeiramente marcou de uma forma impressionante foi em Roma, onde se descobriu que abaixo dos sem abrigos, dos que vivem debaixo da escada, que vivem no jardim, ainda há ali um patamar inferior, são aqueles que estão a viver nos túneis subterrâneos.

“(…) ir ao encontro, e do querer auxiliar os mais carenciados, seja em Roma ou também aqui em Lisboa.”

Depois outra grande experiência de vida que também fiz foi no Alentejo, onde estive como pároco, com o contacto, com a dinâmica de uma primeira evangelização. Fascinante quando nós, se

D.

estamos focados pelo primado da evangelização, pelo primado da missão, então todas aquelas dimensões e realidades constitutivas da identidade da Igreja aparecem quase que espontaneamente. A sinodalidade surge quando a Igreja está comprometida com a missão. A comunhão surge quando a Igreja está envolvida na missão. Fraternidade entre nós é a missão do projeto, saída rumo às periferias é a missão que nos põe em marcha. Ou seja, uma Igreja, quando é uma Igreja missionária, é uma Igreja natural em estado puro, quando esta dimensão falta, ou vem diminuída, todas as outras dimensões quase que são plásticas.

“Fraternidade entre nós é a missão do projeto, saída rumo às periferias é a missão que nos põe em marcha (...)”

Quais são os ensinamentos de Cristo que considera mais necessários e por vezes esquecidos?

O ensinamento de Jesus mais necessário é amar, amar os outros, todos os outros, fazer do amor uma dádiva, uma doação de nós próprios. Isto é o essencial e acho que quando Jesus dizia, quando lhe perguntavam qual era o maior dos mandamentos, ama a Deus com todo o coração, com todo entendimento, com toda a alma e ama o teu próximo como a ti próprio. Isto verdadeiramente é o núcleo, é a essência, é o amor.

Qual é a área de teologia que lhe interessa mais?

Obviamente quando falamos de teologia nós estamos a falar naquela necessidade e naquele desafio que a própria fé acalenta dentro de si e desenvolve e nutre e cultiva que é o da reflexão. Não podia não dizer nesta altura de que é a área da teologia dogmática.

“(...) desafio que a própria fé acalenta dentro de si e desenvolve e nutre e cultiva que é o da reflexão. Não podia não dizer nesta altura de que é a área da teologia dogmática.”

Sendo que há um grande mal-entendido acerca do que é dogma, portanto entende-se mal o que é a teologia dogmática. Os Padres da Igreja compreenderam facilmente que dogma é o alicerce. É aquilo que num edifício tu não podes verdadeiramente modificar, podes mudar as paredes o seu feitio, inclusivamente até a configuração de um quarto, mais baixo ou maior, os quadros que quiseses, a pintura que quiseses, mas o edifício, para se manter, tem aqueles alicerces, que são o sustentáculo de tudo. Os dogmas na Igreja são isso, é por isso então que existe esta perpetuidade, esta intocabilidade de algo dentro da Igreja. É fascinante, assim como a dignidade do ser humano é intocável e sempre o foi.

Portanto amo muito a teologia, continuo a ler e a aprofundar. Nomeadamente aquela teologia na medida do possível a estudar e a que tenha que ver com aquilo que é o

D.

essencial da minha vida, porque qual é o grande objetivo destes alicerces? É a afirmação daquela nova vida que Cristo ressuscitado nos conseguiu e nos entregou. É pela vida nova, a vida de Deus, que nos foi comunicada pelo Espírito Santo, essa é a vida que o Dogma quer salvaguardar, essa é a chama que o Dogma quer manter aceso. Portanto, quando nós começamos a olhar para a teologia nesta perspetiva verificamos que, de facto, não é uma peça de museu que está ligada ao passado, mas antes, pelo contrário, é a necessidade de manter em pé a chama da vida e da vida nova de Cristo ressuscitado.

“(…) nós começamos a olhar para a teologia nesta perspetiva verificamos que, de facto, não é uma peça de museu que está ligada ao passado, mas antes, pelo contrário (…)”

Que depois vêm a ser traduzidas nas afirmações que são incontornáveis e basilares para a nossa fé. A ressurreição de Jesus, a Santíssima Trindade, o mistério da encarnação, a ascensão, a imortalidade, a ressurreição da carne. Tudo isto faz parte porque é a vida nova, tocar no dogma é tocar no esplendor e na essência do cristianismo, que é a vida nova de Cristo ressuscitado que nos foi comunicada, uma vida de plenitude, uma vida de comunhão, uma vida de amor.

Existe algum plano, objetivo ou desafio que queira partilhar?

O grande objetivo que nós agora temos, não só entre mãos, mas que também temos no nosso horizonte, é o desafio da Esperança. É aquele que nos é lançado pelo Papa Francisco, que tem vindo a partilhar o seu plano, que é um plano para a sociedade. Portanto, é uma virtude teológica, o que significa que ela brota do Coração de Deus, significa que a Esperança é uma realidade que o próprio Senhor, que o próprio Deus derrama no ser humano. Mas, a Esperança no pontificado do Papa Francisco e concretamente tendo no horizonte o Jubileu 2025, a Esperança é um programa, é um projeto de sociedade. No sentido de que é pela esperança que nós ganhamos uma nova compreensão da própria vida, da própria existência.

“No sentido de que é pela esperança que nós ganhamos uma nova compreensão da própria vida, da própria existência.”

Onde a realidade nos impelia a afirmar que o desespero, a noite, a tristeza, o fracasso, eram por assim dizer uma última palavra que pudesse ser dita, a esperança vem para nos dizer: «Não é bem assim, reconsidera essa tua avaliação e olha, que lá, onde é noite, pode romper um feixe de luz, lá onde caiu enfim o desespero, pode emergir e deve emergir o fascínio da esperança, da nova vida. Lá onde há morte pode, vai ressuscitar, ressurgir a nova vida».

D.

E tudo isto é possível, não é por uma estratégia humana, isto é possível porque a nossa esperança é Cristo. O Papa Francisco na *Christus vivit* começa logo por nos dar este saboroso início ou por esta saborosa inauguração: “Cristo vivo é a nossa Esperança”. Portanto, é a reafirmação de que Ele é incontornável para termos realmente um mundo melhor, mais belo, um mundo de fraternidade.

Aquilo que atualmente acontece no mundo, graças a Deus não é total, não é global, mas nalgumas geografias, acontecem estes conflitos bárbaros e absurdos, que eram impensáveis que o ser humano no século XXI continuasse a ter uma vertigem de violência, em que realmente o ser humano é considerado uma coisa entre coisas. Nós todos pensávamos que o progresso, estou a falar do progresso espiritual, o desenvolvimento humano e humanista, a afirmação e as reparações de todos os princípios, que já tivesse contribuído ou que já tivesse colocado o ser humano num patamar e num nível tal, de que já não era mais possível este descalabro. Mas ele está a acontecer. Ora, de facto, a esperança como nós sabemos é um compromisso é um empenho pessoal, é um empenho de todos, sinodal naquilo que é o bem comum e, portanto, Cristo é a nossa esperança, porque Cristo realmente é o Salvador e Ele é o Senhor, o Rei da paz e que incute a paz no nosso mundo.

“(…) a esperança como nós sabemos é um compromisso é um empenho pessoal, é um empenho de todos”



D.

Eu penso que os cristãos têm aqui um grande desafio pela frente, uma vez que Jesus disse «Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, eu estarei no meio deles». Então, nós temos de povoar o mundo de Cristo e para povoar o mundo de Cristo, nós temos de nos reunir verdadeiramente. Temos de formar estas comunidades de dois, de três, de quatro em seu nome explícito, para que ele se torne realmente e sacramentalmente presente. Portanto, os Cristãos têm aqui uma grande responsabilidade que é o de sair da sua zona de conforto e que é o de viver nesta experiência deslumbrante de se encontrar em nome de Jesus, com os irmãos, partilhando sonhos para os realizar, partilhando talvez hesitações para as superar, partilhando projetos para os levar a bom termo, partilhando frustrações para encontrar a solução. Isso é indispensável e isto é o maior hino que nós podemos prestar à sinodalidade da Igreja.

“(…) partilhando sonhos para os realizar, partilhando talvez hesitações para as superar, partilhando projetos para os levar a bom termo, partilhando frustrações para encontrar a solução. (…)”

A Missão País acha que vem ajudar nesse papel dos cristãos?

A Missão País é uma realidade que exulta de profecia no nosso Portugal, a Missão País é profética, na medida em que consegue realizar o entrosamento de tantos caminhos. Vou só apenas salientar alguns deles: desde

logo a relação entre ciência e fé, a Missão País desenvolve cabalmente essa simbiose. Depois há uma relação entre a Universidade e a vida das pessoas no seu concreto, há uma relação entre a cidade e a província, há uma relação entre a dimensão intelectual do ser humano e aquelas dimensões mais afetivas, aquelas dimensões até mais prosaicas do ponto de vista biológico.

“(…) consegue realizar o entrosamento de tantos caminhos.”

A Missão País sobretudo tem a capacidade de nos fazer contemplar jovens com Jesus Cristo, que se veem iluminar pela Palavra esplendorosa do Evangelho. Poderia estar aqui até amanhã de manhã a falar da Missão País. Neste momento para o nosso Patriarcado começar pela Missão País é uma forma e é um caminho de os jovens encontrarem Cristo e de se tornarem mediadores desse encontro com Cristo. Quando um jovem na experiência da missão verdadeiramente, estabelece com Ele, inaugura com Ele uma vida de ligação, uma vida de comunhão, então já imaginou quantas outras pessoas vão beneficiar dessa comunhão, vão também poder protagonizar uma experiência de comunhão com o Senhor.

É uma graça, é um dom feito à Igreja em Portugal, que eu gostaria de dizer que é uma profecia.

D.

A Missão País é uma fonte de esperança e ao mesmo tempo o feixe de luz para tanta gente para tantas populações que se sentem lembradas, recordadas. Por isso, também eu gostaria de dizer que a Missão País está aliada a duas outras palavras: a memória e a esperança.

“(...) fonte de esperança e ao mesmo tempo o feixe de luz para tanta gente para tantas populações que se sentem lembradas, recordadas.”

A memória de que estou a falar aqui é a memória de Deus, é Deus que se recorda das pessoas e a Missão País mantém viva essa memória, porque quando chegam os jovens numa localidade, numa aldeia muitas vezes perdida na serra ou muitas vezes aqui à porta de Lisboa, mas é um certificado de garantia de que Deus se lembra daquela população, e por isso manda estes jovens com a memória que Deus tem do seu povo e por isso os envia.

Por outro lado, é fonte que alimenta a esperança, por este sentido que eu falava há pouco. Vejam o que é desde logo uma vida pessoal, profundamente mergulhada no estudo, na pesquisa, na investigação, naquele percurso académico e de repente eis que daqui irrompe esta luz, uma experiência espiritual. Quando encontramos povoações isoladas, tantas vezes com um profundo sentido de abandono, e de repente surgem vinte, trinta jovens alegres, sorridentes completamente disponíveis para as pessoas, isto é uma luz que brilha na escuridão da solidão, na escuridão do abandono e nesse sentido é uma fonte de esperança.

“(...) é uma luz que brilha na escuridão da solidão, na escuridão do abandono e nesse sentido é uma fonte de esperança.”

Ana Lorena de Sêves
Diretora Nacional do Jornal Diurna



D.



A AUTENTICAÇÃO FORTE

Standard europeu de autenticação em pagamentos eletrónicos

A realização de pagamentos, eletrónicos (transferências de fundos entre contas, pagamentos de bens e serviços, impostos ao Estado, etc.), através de *homebanking*, *APPs* instaladas em telemóveis ou mesmo através dos vulgares cartões de crédito, implica, hoje em dia, em simultâneo, a prática de atos de autenticação, como introdução de *logins*, *passwords*, *PINs*, confirmação de operações através de aplicações instaladas em telemóveis, em páginas na internet, verificação de dados biométricos, etc.

Os atos de autenticação visam garantir que a pessoa que executa o pagamento tem legitimidade para o fazer. Em especial, que não é um criminoso a fazer-se passar fraudulentamente pelo titular dos fundos com o intuito de enriquecer ilegalmente à conta deste último. Os atos de autenticação, aplicados pelas empresas de serviços de pagamentos que detêm as contas de

D.

pagamento das pessoas, como, entre outros, os bancos, não são atos livres, mas sim regulados pelo Direito.

“Os atos de autenticação (...) não são atos livres, mas sim regulados pelo Direito.”

Os diplomas fundamentais em matéria de autenticação em pagamentos eletrónicos, nos países do Espaço Económico Europeu (adiante, EEE)¹ são, em primeiro lugar, a Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25/11/2015, relativa aos serviços de pagamento no mercado interno (adiante, PSD 2)², complementada pelo Regulamento Delegado (UE) 2018/389 da Comissão de 27/11/2017(adiante, Regulamento Delegado)³ e depois, em cada país, os diplomas de transposição da Diretiva, que em Portugal é o Decreto-Lei n.º 91/2018 de 12/11.

A PSD 2 consagra a autenticação forte como *standard* em matéria de autenticação de pagamentos eletrónicos. Esta modalidade de autenticação caracteriza-se por utilizar como elementos identificadores, dois ou mais elementos da pessoa pertencentes às categorias, do conhecimento (algo que só o utilizador conhece, como uma password ou um PIN, da posse (algo que só o utilizador possui, como um telemóvel ou um cartão) e da inerência (algo que só o utilizador é, como os seus dados biométricos, íris, voz, impressão digital, etc.), os quais devem ser independentes, de modo a que a violação de um deles não comprometa a fiabilidade dos outros. Tudo concebido de modo a proteger a confidencialidade dos dados de autenticação (artigo 4, n.º 30 da PSD 2) e artigo 2.º alínea a) do Decreto-Lei n.º 91/2018 de 12/11) resultar na geração de um código de autenticação (artigo 4 n.º 1 do Regulamento Delegado).

“Esta modalidade de autenticação caracteriza-se por utilizar como elementos identificadores (...) algo que só o utilizador conhece (...)”

Desde 14/9/2019, data de entrada em vigor do Regulamento Delegado, os prestadores de serviços de pagamento, como os bancos, estão obrigados a adotar autenticação forte, sempre que os seus clientes pretenderem fazer qualquer uma das seguintes ações: aceder «online» à conta; iniciar uma operação de pagamento eletrónico; realizar uma ação, através de um canal remoto, que possa

¹ Os países do Espaço Económico Europeu (EEE) são os vinte e oito Estados membros da União Europeia, mais a Noruega, Islândia e Liechtenstein (países de aplicação da PSD 2

² Segunda diretiva de serviços de pagamento da União Europeia (PSD 2). Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho de 25/11/2015 relativa aos serviços de pagamento no mercado interno.

³ Regulamento Delegado (UE) 2018/389 da Comissão de 27/11/2017 que complementa a Diretiva (UE) 2015/2366 do Parlamento Europeu e do Conselho (PSD 2) no que respeita às normas técnicas de regulamentação relativas à autenticação forte do cliente e às normas abertas de comunicação comuns e seguras.

D.

envolver um risco de fraude no pagamento ou outros abusos (artigo 97, n.º 1, al. a), b), c) da PSD 2) e artigo 104, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 91/2018 de 12/11).

Em complemento da referida obrigação de autenticação forte, nas operações de pagamento, remotas (como as efetuadas pela internet ou por outros canais à distância, cujo funcionamento não depende do local onde estão fisicamente situados), portanto nas transações não presenciais, a autenticação forte deve também ter *dynamic linking*. Ou seja, deve conter elementos que associem de forma dinâmica a operação a um montante específico e a um beneficiário específico (considerando 95 e artigo 97, n.º 1, al. a), b), c) da PSD 2 e artigo 104, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 91/2018 de 12/11).

A obrigação de autenticação forte tem exceções, previstas no artigo 10 e seguintes do Regulamento Delegado. Estas disposições regulamentares determinam que os prestadores de serviços de pagamento que têm as contas onde estão os fundos, como os bancos, podem praticar isenções de autenticação forte, nos seguintes casos: acesso a informação sobre contas de pagamento; pagamentos sem contacto no ponto de venda; terminais automáticos para o pagamento de tarifas de transporte e de estacionamento; beneficiários fiáveis; operações recorrentes; transferências a crédito entre contas detidas pela mesma pessoa singular ou coletiva; operações de pequeno valor; processos e protocolos de pagamentos seguros para empresas; análise de risco de operações.

A prática de isenções não é obrigatória. Se o prestador de serviços que gere a conta as aplicar assume maior risco, pois se não exigir autenticação forte, o titular da conta, não suporta quaisquer perdas relativas a uma operação de pagamento não autorizada, salvo se tiver agido fraudulentamente (artigo 74, n.º 3 da PSD 2 e artigo 115, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 91/2018 de 12/11).

Tiago Dâmaso
Advogado

D.

O PACTO EUROPEU PARA AS MIGRAÇÕES

GONÇALO SARAIVA MATIAS



D.

As migrações surgiram como uma questão determinante para a Europa nos últimos anos, conduzindo a um debate alargado e a reformas políticas. Com o aumento do número de migrantes e refugiados que chegam aos países europeus, muitas vezes motivados por conflitos, perseguições e dificuldades económicas, os Estados-Membros da UE reconheceram a necessidade de uma resposta sólida e coesa para gerir eficazmente a migração. Neste contexto, o Novo Pacto para a Migração proposto pela Comissão Europeia tem por objetivo estabelecer um equilíbrio entre as obrigações humanitárias e a gestão eficaz dos fluxos migratórios em todo o continente.

A Europa é, desde há muito, um destino para os migrantes que procuram segurança e melhores condições de vida. A crise migratória de 2015, desencadeada pela guerra civil síria e por outros conflitos regionais, expôs lacunas significativas nas políticas de asilo e migração da UE, que variavam muito entre os Estados-Membros. Esta situação conduziu a uma abordagem fragmentada, com alguns países a acolherem refugiados de braços abertos, enquanto outros adotaram medidas mais restritivas. Os desafios humanitários daí resultantes, juntamente com a reação política negativa em vários países, levaram a União Europeia a explorar uma nova abordagem unificada da migração.

O Novo Pacto para a Migração, proposto em setembro de 2020 e aprovado em maio deste ano, foi concebido como um quadro abrangente para enfrentar estes desafios e reforçar o atual sistema de asilo da UE. Procura não só gerir eficazmente a migração, mas também defender os valores europeus da solidariedade e dos direitos humanos. A proposta procura substituir o Regulamento de Dublin, que tem sido criticado por colocar encargos desiguais aos Estados da linha da frente, como a Itália e a Grécia.

“Procura não só gerir eficazmente a migração, mas também defender os valores europeus da solidariedade e dos direitos humanos.”

No seu âmago, o Novo Pacto para a Migração sublinha a responsabilidade partilhada entre os Estados-Membros da UE. Uma das componentes essenciais é a proposta de um novo mecanismo que irá racionalizar o processamento dos pedidos de asilo, aumentando simultaneamente a capacidade de controlo e supervisão das fronteiras. Tal implicará uma cooperação reforçada com países terceiros para gerir os fluxos migratórios antes de estes chegarem às costas europeias.

Além disso, o Pacto propõe uma distribuição mais equitativa dos requerentes de asilo pelos Estados-Membros da UE. Introduce uma nova obrigação para todos os países de participarem em

D.

medidas de solidariedade, que serão acionadas quando forem atingidos determinados limiares de chegadas. Esta solidariedade pode manifestar-se através da deslocação de migrantes dos Estados da linha da frente para outros países da UE ou através de contribuições financeiras para ajudar a apoiar esses Estados.

Outro aspeto fundamental do novo Pacto para a Migração é a ênfase colocada no retorno e nas readmissões de migrantes em situação irregular. A proposta inclui planos para acelerar o processo de regresso das pessoas cujos pedidos de asilo tenham sido recusados, reduzindo assim o número de migrantes que vivem num limbo na Europa. Para facilitar este processo, o Pacto prevê acordos bilaterais com os países de origem para criar um quadro jurídico conducente ao regresso seguro dos migrantes.

Embora o Novo Pacto para a Migração se baseie na lógica de uma gestão eficiente, sublinha igualmente a importância de um tratamento humano dos migrantes. O Pacto compromete-se a defender os direitos dos indivíduos, garantindo que os seus pedidos de asilo sejam tratados de forma justa e que as populações vulneráveis sejam protegidas. Isto inclui uma atenção especial aos menores não acompanhados e às famílias, que frequentemente enfrentam riscos acrescidos durante a migração.

“O Pacto compromete-se a defender os direitos dos indivíduos, garantindo que os seus pedidos de asilo sejam tratados de forma justa e que as populações vulneráveis sejam protegidas.”

Além disso, o Pacto apela a um maior investimento em estratégias de integração para aqueles a quem é concedido o estatuto de asilo, permitindo-lhes contribuir positivamente para as sociedades de acolhimento. Esta abordagem reconhece que a migração pode ser mutuamente benéfica tanto para os migrantes como para os países de acolhimento, desde que existam sistemas de apoio adequados.

Apesar dos seus objetivos ambiciosos, o Novo Pacto para a Migração enfrenta obstáculos significativos. Os Estados-Membros continuam divididos nas questões relacionadas com a migração. Os países da Europa de Leste, por exemplo, têm historicamente resistido às quotas obrigatórias para a recolocação de migrantes. A resistência política alimentada por sentimentos nacionalistas e receios sobre a segurança e a integração persiste, complicando a adoção e a aplicação do Pacto.

“Os Estados-Membros continuam divididos nas questões relacionadas com a migração.”

Além disso, a eficácia das parcerias com países terceiros, nomeadamente no que respeita ao regresso e à gestão das fronteiras, é incerta. A dependência de atores externos para gerir a

D.

migração levanta questões éticas sobre o tratamento dos migrantes e a adesão às normas de direitos humanos nesses países.

“A dependência de atores externos para gerir a migração levanta questões éticas sobre o tratamento dos migrantes e a adesão às normas de direitos humanos nesses países.”

O novo Pacto para a Migração representa um passo fundamental para a criação de uma política de migração mais coesa e humana na Europa. Ao promover a responsabilidade partilhada e a cooperação entre os Estados-Membros da UE, visa assegurar uma abordagem equilibrada que responda tanto às necessidades humanitárias como aos desafios práticos da gestão da migração. No entanto, para que o Pacto seja bem-sucedido, é necessária uma verdadeira vontade política e colaboração entre os diversos Estados-Membros, bem como o compromisso de defender os direitos fundamentais dos migrantes. À medida que a Europa navega pelas complexidades da migração, o êxito deste novo quadro dependerá, em última análise, da sua capacidade de adaptação e de resposta à evolução das realidades da migração mundial.

Gonçalo Saraiva Matias

Professor Auxiliar da
Escola de Lisboa da Faculdade de Direito
da Universidade Católica Portuguesa

D.



LITERACIA FINANCEIRA

Uma das questões que mais me colocam atualmente tem a ver com literacia financeira, em particular, o que é possível fazer para se aumentar a literacia financeira dos portugueses e se incluir a temática no ensino básico e no secundário pode contribuir para esse desiderato.

É uma questão que me faz recordar um pouco a o filme da "Missão Impossível". Mas claramente vale a pena fazer algo e incluir este tema da literacia financeira nos programas curriculares dos diversos ciclos de ensino pode ajudar bastante. Contudo, os meus 34 anos a lecionar finanças mostram-me que apesar de ser possível acrescentar competências neste domínio muito importantes para a sociedade atual, na verdade é uma tarefa cada vez mais difícil porque, com a complexidade da atividade económica a crescer, as confusões neste domínio também tendem a aumentar exponencialmente.

"(...)é uma tarefa cada vez mais difícil porque, com a complexidade da atividade económica a crescer, as confusões neste domínio também tendem a aumentar exponencialmente."

D.

Em primeiro lugar, o que é realmente literacia financeira. Veja-se a definição de literacia financeira pela OCDE e pela International Network on Financial Education publicada em 2015: “A combination of awareness, knowledge, skill, attitude, and behaviour necessary to make sound financial decisions and ultimately achieve individual financial well-being”. Mesmo esta definição apresenta problemas, como por exemplo, a possível confusão entre “desempenho e acaso” com literacia financeira. Claramente, tomar decisões que exigem “expertise” financeiro podem ser efetuadas por pessoas com e sem literacia financeira e os resultados serem similares ou inversamente relacionados. Exemplificando: investir em ativos especulativos como cripto moedas revela literacia financeira? Ser bem ou mal-sucedido neste investimento revela literacia financeira? A única resposta fácil a estas questões é a de que “muitos” que foram bem-sucedidos acham por consequência que têm a literacia financeira necessária. Nassim Nicholas Taleb, autor que eu recomendo vivamente para quem quer aumentar a sua literacia financeira, não concordaria!

Depois é também urgente esclarecer outras questões neste domínio, como sejam a grande diferença entre literacia financeira e literacia económica (esta está associada à produção e comercialização de bens e serviços), o papel distinto, mas complementar dos mercados financeiros e do Estado na atividade económica (alguns consideram que são substitutos e aqui a literacia financeira cai para zero!), o significado e o papel do risco e da incerteza na economia e nos mercados financeiros (questão relacionada com taxas de juro, cujo entendimento é condição necessária para um maior grau de literacia financeira), a importância das Bolsas e dos preços no mercado financeiro (incluindo imobiliário e outros bens de investimento reais), et cetera.

Todas estas questões, entre muitas outras são componentes essenciais da literacia financeira não são nada simples de ensinar no ensino universitário, quanto mais no ensino básico e secundário, e esta dificuldade aumenta ainda mais se pensarmos no caso português onde a “perseguição” ao “lucro”, o desincentivo ao sucesso e a “presunção do dinheiro fácil” proveniente dos mercados financeiros é cada vez mais uma realidade aceite de forma generalizada.

Luís Pedro Krug Pacheco

Professor de Finanças, Mercados Financeiros
e Fusões & Aquisições na CPBS



D.

Inkreal: International for real?

A decisão do TJUE no processo C-566/22

Foi uma questão exemplar a que, em sede de reenvio prejudicial, o Supremo Tribunal checo submeteu, em Agosto de 2022, à consideração do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE). Não menos merecedora de nota viria a ser decisão pelo Tribunal do Luxemburgo proferida, cerca de ano e meio volvido, em resposta à demanda colocada.

De apreensão fácil, a pergunta formulada pelo Supremo Tribunal checo teve o seu surgimento num rotineiro contrato por força do qual um indivíduo habitualmente residente na Eslováquia cedeu à *Inkreal*, uma sociedade com sede naquele mesmo Estado, os seus créditos decorrentes de dois contratos de mútuo celebrados, anos antes, com a *Dúha Reality*, outra sociedade também constituída de acordo com o direito eslovaco e, como a *Inkreal*, também sediada na Eslováquia. Integrava cada um dos contratos de mútuo mencionados uma cláusula estipuladora da competência dos tribunais checos para conhecer de qualquer litígio relacionado com os negócios. Precisamente junto de um tribunal checo viria a cessionária a instaurar ação visando a condenação da mutuária na restituição das quantias emprestadas. Sabido que as regras de competência jurisdicional uniformemente estabelecidas pelo Regulamento Bruxelas *Ibis* apenas são aplicáveis a litígios assistidos de natureza transfronteiriça, entendeu o Supremo Tribunal checo

D.

suspender a instância e dirigir ao TJUE a seguinte questão prejudicial: “Pode a aplicação do Regulamento [Bruxelas Ibis] basear-se somente no facto de que duas partes, com sede no mesmo Estado-Membro, acordaram atribuir competência a um [tribunal] de outro Estado-Membro da União, na perspetiva da existência de um elemento de estraneidade, que é um requisito essencial para a aplicabilidade do referido regulamento?” Reconhecidamente, a questão formulada pelo órgão jurisdicional de reenvio foi, em substância, a de saber se o artigo 25.º do Regulamento Bruxelas Ibis deve ser interpretado no sentido de que é por ele abrangido um pacto atributivo de jurisdição através do qual as partes de um contrato domiciliadas no mesmo Estado-Membro acordam atribuir competência aos tribunais de outro Estado-Membro, ainda que o contrato que as vincula não comporte nenhuma conexão objetiva com este último Estado e, pelo contrário, todos os seus elementos objetivos o liguem exclusivamente a um outro (aquele onde, ademais de domiciliadas as partes, devem também as obrigações emergentes do contrato ser cumpridas).

“Integrava cada um dos contratos de mútuo mencionados uma cláusula estipuladora da competência dos tribunais checos para conhecer de qualquer litígio relacionado com os negócios.”

Afastando-se da orientação alvitrada pelo Advogado-Geral Jean-Richard de la Tour, constituiu determinação do TJUE oferecer à demanda uma resposta de sentido afirmativo. Nas palavras do TJUE, “o artigo 25.º do Regulamento n.º 1215/2012 (...) deve ser interpretado no sentido de que um pacto atributivo de jurisdição pelo qual as partes num contrato estabelecidas no mesmo Estado-Membro acordam na competência dos tribunais de outro Estado-Membro para dirimir os litígios emergentes desse contrato é abrangido por esta disposição, mesmo que esse contrato não tenha qualquer outra conexão com esse outro Estado-Membro”.

Estribaram a decisão argumentos de ordem diversa.

O TJUE fez valer, em primeiro lugar, que o enunciado gramatical do artigo 25.º do Regulamento Bruxelas Ibis não restringe a aplicação da disposição aos pactos cuja internacionalidade resulte de elementos anteriores à própria *electio fori*.

Salientou, de seguida, que sendo exato pretender-se que a internacionalidade da situação controvertida é um pressuposto da aplicação do Regulamento Bruxelas Ibis, tal circunstância está cumprida quando, como no caso, “as partes (...) estão estabelecidas num Estado-Membro diferente do Estado-Membro do órgão jurisdicional chamado a pronunciar-se com base no pacto atributivo de jurisdição em causa”.

D.

Enfatizou, mais ainda, que a orientação propugnada é inculcada por alguns dos objetivos que norteiam o Regulamento Bruxelas *Ibis*, em particular pela finalidade do respeito pela autonomia das partes e pelo propósito do reforço da segurança jurídica e da previsibilidade.

Enfim, descartou a relevância do apelo à solução, distinta da propugnada, constante do artigo 1.º, número 2, da Convenção da Haia de 30 de junho de 2005 sobre os acordos de eleição do foro.

Excluída a possibilidade de uma avaliação detida dos diversos argumentos manuseados pelo TJUE, circunscrever-nos-emos à explicitação de que, como quer se entenda acerca do sentido da decisão e dos argumentos nela esgrimidos, parece evidente reconhecer que a sentença *Inkreal* suscita – e toma posição sobre – questões com relevância iniludível. À cabeça, é por ela convocada a discussão em torno da possibilidade de a vontade das partes constituir elemento suscetível de, por si só, elevar uma situação ao plano internacional. Adicionalmente, e porventura aspeto ainda mais substantivo, é pela decisão concitada uma reflexão sobre o papel a atribuir à autonomia das partes na delimitação recíproca das áreas de intervenção dos regimes europeus e dos regimes nacionais, porventura mais restritivos. Não é coisa pouca.

Maria João Fernandes

Professora de Direito
na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito
da Universidade Católica Portuguesa

D.

Ousadia de escrever



O caso do Telegram e o direito à privacidade nas comunicações online

O surgimento das redes sociais veio possibilitar a disseminação de informação generalizada, permitindo, a qualquer pessoa, partilhar conteúdos numa plataforma de alguma dimensão, e difundir as suas opiniões.

Com todas as vantagens que já demonstraram ter, as redes sociais fizeram também ressurgir, dentro do Direito, desafios à liberdade de expressão e ao direito à privacidade, sendo este último tema uma das grandes questões que emerge do caso de Pavel Durov, criador do Telegram.

“Com todas as vantagens que já demonstraram ter, as redes sociais fizeram também ressurgir, dentro do Direito, desafios à liberdade de expressão e ao direito à privacidade (...)”

D.

Pavel Durov apresentou o Telegram como uma rede social que garantia a privacidade das comunicações dos seus utilizadores. Através de um sistema de criptografia ponta a ponta, as mensagens só estariam acessíveis ao remetente, e ao seu destinatário.

A prisão de Pavel Durov teria como fundamento uma alegada falha em divulgar informações no contexto de uma investigação. Aquilo que seria exigido ao criador do Telegram seria uma fiscalização das mensagens trocadas, na sua rede social, procurando sinalizar fake news, ou conteúdo ilícito. Podendo tal exigência parecer razoável, é importante avaliar em que medida o cumprimento desta obrigação estaria a pôr em causa o direito dos cidadãos à privacidade.

A questão do direito à privacidade surgiu logo com os primeiros meios de comunicação em massa (jornais e revistas), discutindo-se um equilíbrio entre a proteção da esfera privada de cada cidadão, e a partilha de informações cujo conteúdo possa ter interesse público. Assistimos atualmente a um debate com fundamentos semelhantes, ainda que as redes sociais tenham introduzido o desafio de definir o conceito de esfera da vida privada, quanto a afirmações proferidas num contexto online, cuja dimensão do público-alvo pode variar grandemente. Além disso, a escrita e o registo destas afirmações torna-as mais facilmente acessíveis, de uma forma que não sucedia quando a partilha era feita num contexto presencial.

A este respeito, é importante realçar que o Telegram é um aplicativo de mensagens, diferente de outras redes sociais, que permitem a criação de perfis públicos, e nas quais o conteúdo publicado se encontra disponível para qualquer utilizador. Sendo o conteúdo partilhado para um conjunto muito restrito de utilizadores, estaríamos, em princípio, no âmbito da esfera privada, ainda que possa ser discutido se a maior dimensão de um grupo permitiria considerá-lo como pertencendo à esfera pública.

De qualquer modo, para que fosse possível sinalizar, de forma autónoma, os conteúdos ilícitos ou fake news, seria necessário um constante rastreamento do conteúdo das mensagens de todos os utilizadores. Este permanente controlo do conteúdo partilhado levaria a que se desprotegesse o direito à privacidade, que deveria estar tão tutelado virtualmente, como o é no mundo real.

Para garantir uma adequada tutela do direito à privacidade, será essencial definir parâmetros, decorrentes do nosso sistema, para estabelecer a admissibilidade da proteção do valor da justiça, em detrimento do direito à privacidade.

Primeiramente, será importante considerar que a generalidade dos sistemas limita as condições da obtenção de prova, não permitindo provas obtidas com recurso a tortura, coação, ou ofensa da integridade física ou moral. Por regra, também não são admitidas as provas obtidas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações.

D.

Mesmo no regime do acesso à correspondência, estabelece-se a necessidade de um mandato judicial, com fortes evidências de que esse conteúdo irá fornecer prova de um crime.

Desta análise, concluímos pela elevada importância que o legislador confere ao direito à privacidade, depreendendo que, sendo a justiça um valor fundamental, este não é absoluto, tendo de ser conjugado com a necessária tutela dos direitos dos cidadãos. E é precisamente nos casos em que o cidadão se encontra sujeito ao poder do Estado, com poder para decidir limitar a sua liberdade, ou o seu património, que são necessários estes meios de defesa.

“(…) sendo a justiça um valor fundamental, este não é absoluto, tendo de ser conjugado com a necessária tutela dos direitos dos cidadãos.”

Será, portanto, necessário encontrar um equilíbrio, que garanta o acesso a mensagens associadas a atividade criminosa, quando exista uma forte suspeita dessa associação, mas que não dependa de uma constante fiscalização de quaisquer mensagens trocadas, que comprometa a privacidade das comunicações dos utilizadores.

Em última análise, é necessário compreender o impacto que uma decisão poderá ter no futuro, procurando sempre garantir e proteger os direitos fundamentais, que, quer no mundo real, quer no mundo online, constituem a maior garantia dos cidadãos.

Marta Cansado

Aluna de Direito na
Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da
Universidade Católica Portuguesa

D.

PERSONALIDADE EM DESTAQUE

JOSÉ TAVARES



D.

JOSÉ TAVARES

Dr. José F.F. Tavares é Presidente do Tribunal de Contas à data desta entrevista. Foi Diretor Geral do Tribunal de Contas durante 25 anos e é docente de Direito. É um jurista de renome na área de Direito Público, com especial ênfase no Direito das Finanças Públicas.

Contou-nos sobre a história do Tribunal de Contas em Portugal, bem como do Direito das Finanças Públicas. Partilhou connosco a sua experiência pessoal e ainda partilha connosco conselhos que considera positivos e um conselho que embora popular, considera negativo.

Qual foi o melhor conselho que alguma vez ouviu?

Tenho recebido muitos conselhos ao longo da minha vida. Alguns desses conselhos tento aplicar regularmente, tais como, «age de forma a que os outros, quando pensem em ti, pensem em justiça»; ou também, «não vejas apenas um palmo à tua frente. Vê ao longe e de uma forma global e integrada». Aqui tem dois exemplos de que gosto muito.

A cultura atual está muito (con)centrada no futuro, no entanto, especialmente em matérias de Contas o passado tem muita importância. Recentemente o Tribunal de Contas lançou um livro chamado "A História que as Contas nos contam" na data dos seus 635 anos, como surgiu esta ideia?

Em primeiro lugar, muito obrigado pelo convite, que muito me sensibilizou. O Tribunal de Contas é uma instituição secular, criada em 1389, por D. João I, completando assim, no corrente ano, 635 anos. É, pois, natural que conserve nos seus arquivos documentos valiosos sobre a História do nosso País. O que designamos Arquivo Histórico do Tribunal tem cerca de 3 Km lineares. Aí encontramos livros e outros documentos riquíssimos, como sejam a prestação de contas pelo Tesoureiro-Mor da Casa de Ceuta, de 1558, as Memórias do terramoto de 1755, a viagem da Princesa Leopoldina de Itália ao Brasil, Portugal na Exposição Universal de Paris de 1900 e a construção da Cidade Universitária de Coimbra.

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.
Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

Por isso, no âmbito da dimensão cultural do Tribunal, que muito acarinhámos, tivemos a ideia de partilhar com os cidadãos estes episódios e factos da História de Portugal, para nos apercebermos da textura dos tempos... É uma das iniciativas desta Comemoração do 635.º Aniversário. Reunimos estes e outros episódios e factos no livro "A História que as contas nos contam", que acabámos de editar com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda, em edição bilingue, obra que está disponível no site do Tribunal de Contas (www.tcontas.pt).

"(...)Arquivo Histórico do Tribunal tem cerca de 3 Km lineares. Aí encontramos livros e outros documentos riquíssimos, como sejam a prestação de contas pelo Tesoureiro-Mor da Casa de Ceuta, de 1558, as Memórias do terramoto de 1755, (...)"

Com os registos documentais e com a História que foi recuperada quais foram, na sua opinião, as maiores lições que os anos de existência do Tribunal nos deixaram?

Há inúmeras lições que podemos extrair, uma das quais é a importância da organização para se alcançar objetivos. É impressionante verificar que o Tribunal de Contas de hoje é o culminar de uma linha contínua que remonta à Casa dos Contos de 1389; é também muito interessante verificar como, ao longo dos séculos, evoluiu a contabilidade e as adaptações que foram feitas. Nos documentos do nosso Arquivo Histórico é também possível verificar a distinção entre o absolutismo e o liberalismo, a monarquia e a república, o colonialismo português, além de outras fases da nossa vivência coletiva.

(...) o Tribunal de Contas de hoje é o culminar de uma linha contínua que remonta à Casa dos Contos de 1389; (...)

O que é que o surpreendeu mais no que foi encontrado nos registos do arquivo do Tribunal de Contas?

O Arquivo Histórico do Tribunal é um repositório de boas surpresas. Por exemplo, tudo o que se relaciona com os Regimentos e Ordenações de Fazenda de 1516 é verdadeiramente digno de leitura. Recomendo!



Tendo em conta o início do Tribunal de Contas e os 635 anos de registos (agora, arquivados na Torre do Tombo) tem alguma mensagem para o Tribunal de Contas e para o País para daqui a 635 anos?

Ainda bem que fala na Torre do Tombo. É que, até este ano, o Arquivo Histórico estava instalado no edifício-sede do Tribunal, na Avenida da República, em Lisboa. Considerámos que o melhor seria proceder à sua instalação no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, que tem condições excelentes, em todos os aspetos. Foi também uma forma de comemorar os 635 anos do Tribunal. A mensagem que eu gostaria de deixar neste campo para os próximos 635 anos é que cuidemos todos dos nossos arquivos, agora também dos arquivos digitais, para que a nossa história, a nossa cultura e a nossa identidade não se percam. A cultura também é herança, ou seja, é vida!

“(…) cuidemos todos dos nossos arquivos, agora também dos arquivos digitais, para que a nossa história, a nossa cultura e a nossa identidade não se percam.”

Qual é o maior obstáculo ainda inultrapassável que o Tribunal tende a enfrentar?

Não vejo nenhum obstáculo inultrapassável. O Tribunal exerce os seus poderes relativamente a cerca de 6.500 entidades públicas e está atento a todas as questões do nosso tempo que envolvam a aplicação de recursos públicos. É o caso das alterações climáticas, da transição digital, da educação, da saúde, das infraestruturas e da descentralização, além de outras.

“O Tribunal exerce os seus poderes relativamente a cerca de 6.500 entidades públicas e está atento a todas as questões do nosso tempo que envolvam a aplicação de recursos públicos. É o caso das alterações climáticas (…)”

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.
Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.



No caso do futuro Hospital Lisboa Oriental, parece ter sido polémico o Tribunal de Contas ter exigido que um Hospital tivesse que ter uma estrutura anti-sísmica, como explica as diferentes perspetivas que configuram, como uma boa despesa, um hospital sem proteção sísmico- pró-sísmico?

Esta sua pergunta tem a maior acuidade no meio universitário em que está.

Eu diria que a decisão do Tribunal representa a convergência entre o princípio da boa administração e os resultados da investigação científica. Fico muito satisfeito por a recomendação do Tribunal ter sido acolhida. De todo o modo, manda a verdade que se esclareça que o projeto previa medidas de proteção antissísmica. A decisão do Tribunal refere-se a uma medida específica de proteção, relacionada com o isolamento do solo.

“Fico muito satisfeito por a recomendação do Tribunal ter sido acolhida.”

Já foi surpreendido, pela positiva, quanto a alguma situação que testemunhou ao longo dos seus anos de serviço?

Sem dúvida. Já fui surpreendido positivamente muitas vezes. Por exemplo, recentemente, visitei uma Faculdade de Ciências e Tecnologia onde fiquei maravilhado com os projetos científicos que estão a ser desenvolvidos e com o alto nível de investigação que é levado a cabo. Do melhor que há no mundo! Felizmente, temos muitas situações de excelência em Portugal, às quais não damos o devido relevo.

“(…) temos muitas situações de excelência em Portugal, às quais não damos o devido relevo.”

Qual é a área de maior relevo do Direito das

Diurna.

O Jornal Nacional dos Estudantes da Universidade Católica Portuguesa.
Porto | Lisboa | Braga | Viseu

D.

Finanças Públicas na atualidade Portuguesa?

Os orçamentos públicos e as contas são duas áreas relevantíssimas, bem como as questões conexas dos défices e da dívida pública. Interessa-me também, particularmente, com a articulação das finanças da União Europeia com as finanças nacionais, nos planos estadual, regional e local. E, claro, o domínio da responsabilidade financeira. Por outro lado, a gestão financeira de qualidade, isto é, pautada pelos princípios da legalidade e da economia, da eficiência e da eficácia, é uma preocupação sempre atual. O dever de boa administração é muito importante, uma vez que estamos a falar da aplicação dos recursos públicos, pelo que tem de haver contrapartidas adequadas.

“Os orçamentos públicos e as contas são duas áreas relevantíssimas, bem como as questões conexas dos défices e da dívida pública.”

Qual foi o acontecimento mais marcante, para si, na História do Direito das Finanças Públicas?

A autonomização do Direito das Finanças Públicas, embora ainda hoje não seja bem compreendida por especialistas de outros ramos de Direito.

O que o entusiasma com o futuro do Direito das Finanças Públicas?

O que mais me entusiasma é a influência positiva e substancial que o Direito das Finanças Públicas está a ter e continuará a ter, em especial, no Direito Administrativo, que, a meu ver, ainda é muito formalista, tecnicista e fechado, mas está a mudar... O Direito não pode ser visto como um conjunto de capelinhas, mas como um todo unido e coerente.

“O que mais me entusiasma é a influência positiva e substancial que o Direito das Finanças Públicas está a ter e continuará a ter(...)”

Durante 25 anos foi Diretor Geral do Tribunal e agora durante 4 anos Presidente do Tribunal de Contas - simultaneamente é Professor e autor de diversas publicações. Qual foi a parte mais divertida do seu percurso até agora?

Sempre gostei de articular a vida profissional com a vida académica, que para mim são indissociáveis. Da Universidade levo a teoria e os resultados da investigação para aplicar na vida profissional; da vida profissional levo as situações da vida e os exemplos que possam ilustrar a investigação ...

Da minha vida académica e profissional concluo que devemos aliar teoria e prática, por um lado, e, por outro, ciência, técnica e cultura.

D.

Qual foi o melhor conselho que alguma vez ouviu?

Tenho recebido muitos conselhos ao longo da minha vida. Alguns desses conselhos tento aplicar regularmente, tais como, «age de forma a que os outros, quando pensem em ti, pensem em justiça»; ou também, «não vejas apenas um palmo à tua frente. Vê ao longe e de uma forma global e integrada». Aqui tem dois exemplos de que gosto muito.

“Tenho recebido muitos conselhos ao longo da minha vida. Alguns desses conselhos tento aplicar regularmente (...)”

Tem alguma frase ou citação de que se recorde frequentemente?

Sim, muitas, por exemplo, “não gastes mais do que podes nem menos do que deves”; ou também, “é o Direito que existe para a vida e não a vida que existe para o Direito”; e ainda “só quem conhece as coisas as pode avaliar”.

Qual é um mau conselho que as pessoas repetem e que o incomoda?

Talvez este: “se queres viver, faz de morto”!

Quem foram, ou são, para si fontes de inspiração que o acompanharam ao longo da sua carreira?

Felizmente, fontes de inspiração nunca me faltaram, desde os meus Pais, Professores, Colegas e Amigos, bem como, noutro plano, a leitura, a música, a busca permanente do conhecimento. Tive a sorte de encontrar pessoas ao longo da minha vida que me marcaram profundamente. Ainda recentemente ouvi o episódio de um podcast em que, no final, dei graças por descobrir duas pessoas de um nível cultural e intelectual que me impressionou. Espero conhecê-los em breve e convidá-los para uma conferência.

“Felizmente, fontes de inspiração nunca me faltaram, desde os meus Pais, Professores, Colegas e Amigos, bem como, noutro plano, a leitura, a música, a busca permanente do conhecimento.”

Ana Lorena de Sêves
Diretora Nacional do Jornal Diurna

D.

Cardiologia Pediátrica
Uma história de sucesso

José Diogo Ferreira Martins

D.

As cardiopatias congénitas são as malformações congénitas mais frequentes, estando presentes em 1% dos recém-nascidos. Na realidade, a incidência é bastante mais elevada, pois no período fetal estas doenças são cerca de dez vezes mais frequentes. Revisões recentes mostram que 13-15% dos fetos têm uma anomalia cardíaca. É difícil de determinar o número exato de embriões com aborto espontâneo que apresentam patologia cardíaca e não existem dados sobre o impacto que o aborto voluntário tem na epidemiologia das cardiopatias congénitas.

“As cardiopatias congénitas são as malformações congénitas mais frequentes, estando presentes em 1% dos recém-nascidos.”

Do ponto de vista de saúde pública, as cardiopatias congénitas têm um impacto significativo. As cardiopatias congénitas são responsáveis pela maior proporção de óbitos devido a anomalias congénitas, que é a maior causa de mortalidade infantil em países desenvolvidos. Cerca de um quarto das cardiopatias congénitas são designadas de críticas pois requerem tratamento neonatal e mais de metade irão necessitar de algum tipo de terapêutica ao longo da vida.

“(…) cardiopatias congénitas são responsáveis pela maior proporção de óbitos devido a anomalias congénitas, que é a maior causa de mortalidade infantil em países desenvolvidos.”

Antes do advento da Medicina moderna, as cardiopatias congénitas tinham uma elevada taxa de mortalidade. Cerca de 80% dos doentes com doença cardíaca grave faleciam antes de completarem um ano de vida. Os avanços médicos nas áreas do diagnóstico e terapêutica (médica, percutânea e cirúrgica) melhoraram drasticamente a esta sobrevida, de modo que em centros diferenciados como os que existem em Portugal, esta taxa de mortalidade desceu até aos 2-3%. Para os casos irresolúveis, existe hoje a possibilidade de transplante cardíaco e, num futuro que se deseja próximo, os corações mecânicos artificiais.

“Cerca de 80% dos doentes com doença cardíaca grave faleciam antes de completarem um ano de vida (….) centros diferenciados como os que existem em Portugal, esta taxa de mortalidade desceu até aos 2-3%. (….)”

D.

Estima-se que 90% dos doentes com cardiopatia congénita irão chegar à idade adulta. Em linha com esta melhoria dos resultados terapêuticos, a população de cardiopatias congénitas cresce cerca de 5% ao ano e os adultos com doenças cardíacas congénitas já são mais numerosos que a população pediátrica desde o início do século XXI.

“(…) adultos com doenças cardíacas congénitas já são mais numerosos que a população pediátrica desde o início do século XXI.”

Esta evolução tremenda no cuidado dos doentes com as cardiopatias congénitas é uma história de sucesso que trouxe novos desafios. Estes doentes necessitam de um seguimento crónico em hospitais especializados em Cardiologia Pediátrica. Têm um aumento de 50% de probabilidade de necessitar de necessidades educativas especiais e de reabilitação cardíaca. Quando a mortalidade era elevada, os custos eram mínimos. Atualmente, os custos subiram de forma exponencial, associados a cirurgias e cateterismos sofisticados, inovações tecnológicas e à necessidade de cuidados de longo prazo. As cardiopatias congénitas são responsáveis por 15% dos orçamentos dos internamentos hospitalares em idade pediátrica nos Estados Unidos da América. A formação dos médicos foi adaptada para que os profissionais de saúde desenvolvessem novas competências: os Cardiologistas Pediátricos aprenderam a tratar adultos e os Cardiologistas (de adultos) aprenderam a tratar cardiopatias congénitas. Enfrentamos, por fim, o desafio dos Cuidados Paliativos para uma população tão particular de doentes.

“Esta evolução tremenda no cuidado dos doentes com as cardiopatias congénitas é uma história de sucesso que trouxe novos desafios. Estes doentes necessitam de um seguimento crónico (…)”

Tem sido um privilégio fazer parte desta viagem, ao longo de 30 anos de prática médica. O lema “tratar todos, um de cada vez” tem-me acompanhado neste caminho. Pois a satisfação com os números nunca nos deve desfocar da atenção particularíssima que é devida a cada doente e suas famílias. Nada, mas nada, é mais importante do que olhar para cada um deles e tratá-lo como ele realmente é: único e inestimável. Venha daí o futuro!

“(…) “tratar todos, um de cada vez” tem-me acompanhado neste caminho. Pois a satisfação com os números nunca nos deve desfocar da atenção particularíssima que é devida a cada doente e suas famílias.”

José Diogo Ferreira Martins
Cardiologista Pediátrico
Professor Auxiliar Convidado
da Faculdade de Medicina da Católica



D.

Ousadia de Ler
Crime e Castigo
Fiódor Dostoiévski

A Culpa Insanável

Crime e Castigo, aclamado por alguns como o melhor romance do século XIX, a obra de Fiódor Dostoiévski é sem dúvida um “must” para os apaixonados por dramas, suspense e claro, tragédia. Para além da magnífica escrita, que por vezes parece que só a encontramos nos antigos autores, o escritor entrega-nos uma impecável análise psicológica de todos os seus personagens, especialmente ao seu protagonista, Rodion Raskolnikov. Procurarei demonstrar ao leitor do Diurna a mensagem mais importante que Dostoiévski me passou após a leitura - as terríveis consequências que o Homem enfrenta ao violar as normas éticas que governam a sociedade.

“(…)é sem dúvida um “must” para os apaixonados por dramas, suspense e claro, tragédia.”

D.

Rodion Raskolnikov, um jovem estudante a viver em São Petersburgo, encontra-se numa situação de pobreza extrema e isolamento, tanto material quanto emocional. Vive numa pequena e degradada habitação, afastado dos seus amigos, da família, imerso na sua própria realidade. Porém o protagonista, ao contrário de muitos, não se vê como uma vítima da sociedade, ou quiçá do “sistema”. Pelo contrário, vê-se como alguém superior, destinado à grandeza. Influenciado por ideologias progressistas da época, latentes no romance, Raskolnikov desenvolve a crença de que o mundo se divide entre as pessoas ordinárias, que se sujeitam e vivem pelas leis morais, e pessoas extraordinárias, que têm a capacidade de as transcender, ficando assim destinadas à grandeza.

Este conceito, que o próprio justifica recorrendo a exemplos históricos de figuras grandiosas como Napoleão, permite-lhe considerar que certas ações que seriam condenáveis à luz da moralidade, podem ser justificadas se realizadas em prol dum bem maior, numa tese semelhante à desenvolvida por Maquiavel em “Os fins justificam os meios”.

A partir daqui, Raskolnikov vê no assassinato de uma velha desprezível como Aliona Ivanovna, um ato não apenas aceitável, mas necessário. Ivanovna nada mais é de que um ser ignóbil, não só aos olhos de Raskolnikov como também ao de todos os personagens desta

história. É uma mulher má; vive da desgraça dos outros e a sua fortuna provem da sua loja de penhores. Admira-a como uma agiota e guarda-a fascinada num vulgar baú. Trata a sua sobrinha como uma escrava, bate-lhe regularmente e obriga-a a qualquer espécie de trabalho. Segundo ele, matar esta mulher, vista como um obstáculo social, seria um serviço à humanidade e ao mesmo tempo, uma solução para os seus próprios problemas financeiros e familiares.

Após o assassinato da Ivanovna por Raskolnikov, o estudante cai no abismo. Ao contrário do que esperava, o crime não lhe trouxe nem alívio nem libertação, mas sim um profundo terror. O remorso corrói-lhe a alma, e Dostoiévski conduz o leitor por uma jornada notável de deterioração mental, onde a paranóia e o medo se tornam sentimentos do quotidiano da vida do personagem. A incapacidade de Raskolnikov em gastar sequer um copeque do dinheiro do velho baú, leva-o a quase enlouquecer e a não suportar o peso do remorso que simboliza o fracasso do seu plano original – o crime, que deveria resolver os seus problemas, apenas os agrava.

“O remorso corrói-lhe a alma, e Dostoiévski conduz o leitor por uma jornada notável de deterioração mental, onde a paranóia e o medo se tornam sentimentos do quotidiano da vida do personagem.”

D.

O sentimento de culpa, o tema central na obra, é retratada por Dostoiévski como uma força insanável. Raskolnikov, que outrora jurava que poderia transcender a moralidade, descobre que a sua consciência o persegue inevitavelmente, destruindo de forma gradual a sua tentativa de justificar o assassinato. O experimento de continuar a vida após o crime revela-se uma farsa, pois este é constantemente assombrado pelos seus atos, afundando-se numa crise existencial.

O romance sugere que, por mais que um indivíduo tente fugir à moralidade, nenhum ato escapa à consciência. A verdade é que o castigo de Raskolnikov não vem de imediato da justiça formal, mas da sua própria mente. Quando confrontado com o crime pela autoridade, a sua confissão, embora um ato de rendição à lei, é também uma libertação psicológica. Pela primeira vez Dostoiévski dá a conhecer um Raskolnikov liberto na sua consciência e ainda que enviado para a Sibéria, se sente confortável com a redenção.

“O romance sugere que, por mais que um indivíduo tente fugir à moralidade, nenhum ato escapa à consciência.”

Este livro, um marco do século XIX, é no seu conteúdo uma consulta às nossas divagações interiores pondo-se em confronto com a moralidade, até chegar à conclusão que se pode fugir à lei mas nunca à nossa própria consciência.

João Soeiro da Costa

Aluno de Direito
da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito
da Universidade Católica Portuguesa

D.

**A UNIÃO EUROPEIA NUMA
ENCRUZILHADA:
QUANDO A AMBIÇÃO COLIDE
COM A REALIDADE.**

PEDRO LIMA

D.

O relatório do ex-Presidente do BCE, Mario Draghi, recentemente publicado sobre o futuro da competitividade da União Europeia (UE), oferece uma análise detalhada dos principais desafios que a UE enfrenta no contexto global e sugere reformas estratégicas para assegurar a competitividade da região a longo prazo.

Nesse relatório, Draghi ressalta o crescente atraso da UE face a economias como os Estados Unidos da América (EUA) e a China no desenvolvimento de tecnologias inovadoras – cada vez mais críticas para o desempenho económico. Draghi ilustra esse atraso de forma muito objetiva: apenas quatro das 50 maiores empresas tecnológicas do mundo estão sediadas na UE. O relatório identifica três áreas principais onde a UE precisa de reformas urgentes para, pelo menos, aspirar a manter a sua relevância económica e política num tabuleiro geoeconómico e geopolítico cada vez mais competitivo e em rápida transformação: inovação e produtividade, descarbonização da economia e segurança e redução de dependências em áreas como a energia e as matérias-primas críticas. Diagnosticadas as maleitas, eis que, de uma primeira análise ao relatório, emergem duas realidades aparentemente irreconciliáveis no que concerne à cura: a necessidade urgente de investimentos em larga escala e as limitações financeiras, estruturais e culturais que obstam à concretização de tais reformas.

“Emergem duas realidades aparentemente irreconciliáveis no que concerne à cura: a necessidade urgente de investimentos em larga escala e as limitações financeiras, estruturais e culturais que obstam à concretização de tais reformas.”

A divergência transatlântica

O relatório teve o dom de reacender o debate sobre o crescente fosso económico entre a UE e a maior economia do mundo, os EUA. Para referência, e evitando o conturbado período das crises do subprime e das dívidas soberanas, segundo os últimos dados do Banco Mundial, em 2007 a UE e os EUA tinham produtos internos brutos (PIB) relativamente equivalentes, 14,73 biliões de dólares e 14,47 biliões de dólares, respetivamente. Dezasseis anos passados, o PIB da UE é de 18,35 biliões de dólares, enquanto o PIB dos EUA disparou para 27,36 biliões de dólares. Ainda que se considerasse o PIB do Reino Unido, que, em janeiro de 2020, abandonou o bloco, o PIB da UE seria de apenas 20,1 biliões de dólares, o equivalente a apenas 73,5% do PIB dos EUA. Não é demais salientar que esta alteração se deu em pouco mais de 15 anos, o que levanta sérias dúvidas sobre a eficácia da abordagem tecnocrática europeia – refletida em sucessivos e aclamados relatórios e agendas –,

D.

face à aparente navegação à vista dos americanos, mais orientados pelo pragmatismo das ações do que pelo lirismo dos discursos.

O menor dos males: o paradoxo do investimento, refém da escala e das circunstâncias

Constituindo-se como um peculiar sistema político híbrido e dotada de um orçamento que representa apenas 1% do seu PIB, a UE carece da escala de intervenção económica do governo federal americano e, ainda mais, do governo chinês. No relatório, Draghi identifica necessidades de investimento anuais a rondar os 800 mil milhões de euros – uma quantia astronómica que representa cerca de 5% do PIB europeu. Esta aspiração colide frontalmente com a realidade orçamental da UE: a maioria dos Estados-membro já excede os limites de dívida estabelecidos, com alguns dos principais motores da economia europeia – países como França, Itália e Espanha – a apresentarem rácios de dívida superiores a 100% do PIB e a braços com os seus próprios desafios internos. Consciente destas circunstâncias, Draghi aponta, implicitamente, para a emissão de mais dívida conjunta, um caminho que [como comprova a recente dificuldade em aprovar o Programa NextGenerationEU, para responder à crise provocada pela Covid-19] enfrenta forte oposição de países como a Alemanha e a Holanda, refletindo as fortes tensões internas sobre a mutualização de responsabilidades financeiras.

"Esta aspiração colide frontalmente com a realidade orçamental da UE: a maioria dos Estados-membro já excede os limites de dívida estabelecidos (...)"

O maior dos males: As barreiras estruturais e culturais

Em comparação com os EUA, mas também com a China, a UE enfrenta obstáculos únicos a quaisquer alterações na sua dinâmica económica: a fragmentação da soberania política, que resulta da sua natureza singular, faz com que o momento para reformas substanciais seja [quase sempre] desfavorável. É raro que não existam, em quaisquer dos Estados-membros eleições importantes no horizonte; o mosaico linguístico (24 línguas oficiais), que, embora culturalmente enriquecedor, dificulta, em comparação com outras realidades, a expansão das empresas no mercado único; as elevadas [e enraizadas] expectativas da população quanto ao papel do Estado social, tornam difícil a implementação de reformas económicas significativas; o acelerado envelhecimento da população, acarreta consigo uma série de desafios socioeconómicos e estruturais significativos: redução da força de trabalho; desaceleração do crescimento económico; pressão sobre os sistemas de segurança social e previdência; necessidade de políticas de

D.

emigração eficazes, entre outros; o próprio ímpeto e prestígio social do empreendedorismo difere significativamente entre as duas margens do Atlântico (um pouco menos em comparação com a China, mas por razões nas quais, seguramente, não nos queremos inspirar).

Porém, e não obstante os inúmeros obstáculos identificados, algumas áreas encontram-se menos reféns e oferecem possibilidades de progresso significativo: maior integração dos mercados de capitais; investimento conjunto em defesa; desenvolvimento de políticas industriais coordenadas.

Uma pitada de otimismo

A UE encontra-se numa encruzilhada histórica, onde a necessidade premente de mudança radical na sua matriz económica e tecnológica colide frontalmente com as limitações intrínsecas impostas pelo seu ADN cultural e estrutural. Fazendo jus à sua história, o [aparente] dilema europeu tem tudo menos uma solução óbvia, ou simples. Contudo, ocorre-me que talvez o dilema não seja verdadeiramente este. Talvez o verdadeiro dilema da UE seja consigo própria: entre a segurança de percorrer um caminho que outros já percorreram, vestindo um fato feito à medida de terceiros; e a insegurança de trilhar um caminho próprio para a prosperidade e relevância no século XXI, um modelo de desenvolvimento intrinsecamente distinto, moldado pela sua identidade diversa e complexa, e que preserve a sua singularidade.

“A UE encontra-se numa encruzilhada histórica, onde a necessidade premente de mudança radical na sua matriz económica e tecnológica colide frontalmente com as limitações intrínsecas impostas pelo seu ADN cultural e estrutural.”

Uma casa descontextualizada e desenraizada da conjuntura em que foi contruída, sem alma e sem história, é apenas mais uma casa no meio de muitas. Está, pois, na altura de os europeus decidirem em que tipo de casa comum querem viver: se numa réplica construída à medida das necessidades de terceiros, ou se numa casa original, ainda que inacabada, mas que reflita a realidade fundamental da UE – uma entidade complexa, diversificada e profundamente enraizada em tradições e expectativas sociais distintas.

“Uma casa descontextualizada e desenraizada da conjuntura em que foi contruída, sem alma e sem história, é apenas mais uma casa no meio de muitas.”

Pedro Lima

Professor de História e Iniciativas Empresariais e
Introdução ao Estudo da Empresa
na Católica Porto Business School



D.

Do Estigma Social à Literacia em Saúde Mental

A saúde mental dos jovens em geral, e dos estudantes universitários em particular, merecem especial atenção. Por um lado, por estes se encontrarem numa faixa etária de risco acrescido para o desenvolvimento de problemas de saúde mental. Por outro lado, pelos desafios de transição e diversas adaptações que enfrentam e que, em alguns casos, podem levar ao experienciar de sintomas de mal-estar psicológico (e.g. tristeza intensa, irritabilidade, dificuldades na regulação emocional).

Existem diversas razões, contudo, que levam os jovens estudantes a negligenciarem ou esconderem alguns sinais indiciadores de sofrimento psicológico. Não raras vezes estes sinais agravam-se ao ponto de evoluírem para uma perturbação mental que, ainda que frequente (e.g. ansiedade, depressão), determina a necessidade de ajuda profissional. Porém, tal nem sempre acontece.

"Existem diversas razões, contudo, que levam os jovens estudantes a negligenciarem ou esconderem alguns sinais indiciadores de sofrimento psicológico."

D.

Na verdade, os números falam por si e encontram-se extensamente divulgados em diversos estudos e relatórios nacionais e internacionais. Apesar da alta prevalência de perturbações mentais em Portugal, muitas pessoas diagnosticadas não acedem a cuidados adequados e em tempo útil, o que por si só, constitui um fator de agravamento da sua condição de saúde.

O estigma social é uma das razões que impede o acesso e a procura de ajuda. De facto, lidar com um problema de saúde mental constitui, na maioria das vezes, uma realidade difícil e estigmatizante. Não só pelo sofrimento causado pelas dificuldades em si, mas pelo medo e vergonha associados.

Apesar de não nos darmos conta, existem raízes profundas no estigma social. Desde logo, por se encontrar ancorado nas conceções modernas de 'loucura', dos asilos e hospitais psiquiátricos enquanto instituições "totais", nas ideias de que os "malucos" é que vão ao psiquiatra e ao psicólogo.

Estas conceções acerca dos problemas de saúde mental, pese embora no geral reconheçamos como antiquadas e erradas, ainda moldam uma espécie de imaginário coletivo. Estas mesmas ideias altamente disseminadas, facilitam e ampliam o processo de categorização social por representarem crenças muito enraizadas e como tal, coletivamente aceites e partilhadas, constituindo a primeira componente do estigma social – os estereótipos (e.g. os problemas de saúde mental acontecem aos fracos).

Por sua vez, a estas crenças, associam-se preconceitos e que constituem a segunda componente do estigma social por acrescentarem à dimensão cognitiva um conteúdo emocional (e.g. repúdio pessoas fracas). Finalmente, uma terceira componente encerra o ciclo do estigma social, a do comportamento, de discriminação (e.g. prefiro ficar longe dessas pessoas).

A experiência de estigmatização parece propagar-se como uma espécie de vírus, isto é, por contágio, incluindo ao próprio, conduzindo ao auto-estigma. A internalização do estigma social, por sua vez, pode ter impactos negativos a diversos níveis. Desde logo, pela adesão aos estereótipos vigentes, falta de sentimento de pertença; ou pela perceção de se ser discriminado ou tratado de maneira diferente, ou ainda, pelo evitamento em falar de si próprio e de se relacionar com as outras pessoas por sentir o "peso" da experiência de ter um problema de saúde mental.

"A experiência de estigmatização parece propagar-se como uma espécie de vírus, isto é, por contágio, incluindo ao próprio, conduzindo ao auto-estigma."

Se não for interrompido, este ciclo pode levar a perda de autoestima, desesperança, isolamento de colegas, amigos e família, agravando dificuldades académicas ou no trabalho.

D.

O estigma social “alimenta-se” da ignorância, desinformação e da invisibilidade, não acompanhando a evolução da ciência em geral e da Medicina e Psicologia, em particular. Existem hoje tratamentos diversificados e eficazes para os problemas de saúde mental, para além de práticas que contribuem para promover uma saúde mental positiva.

Uma das estratégias para combater o estigma e o auto-estigma passa por promover a literacia em saúde mental, na medida em que a informação baseada na evidência pode fazer a diferença na mudança de atitudes. Ao mesmo tempo que contribui para a destigmatização dos problemas de saúde mental, promove a capacidade de reconhecimento dos sinais de alerta. Por exemplo, aumentando recursos individuais para melhor ajudar e orientar um colega, um amigo, um familiar para ajuda profissional, se necessário. E para cuidarmos de nós próprios.

Por último e não menos importante, o desenvolvimento de competências socioemocionais parece estimular a autonomia, a capacidade de resolução de problemas e o autoconhecimento contribuindo para o estabelecimento de relacionamentos interpessoais mais saudáveis, empatia e adoção de atitudes pró-sociais. E ainda, promovendo maiores níveis de satisfação com a vida, realização e bem-estar.

Sandra Oliveira

Psicóloga Clínica e da Saúde
Professora Auxiliar Convidada
Faculdade de Ciências Humanas da UCP

D.

ALÉM DA TRADIÇÃO:
REPENSAR AS
ESTRATÉGIAS DE
RECURSOS HUMANOS

PEDRO PITA BARROS

D.

Durante bastante tempo, a principal discussão no Serviço Nacional de Saúde (SNS), o centro do sistema de saúde português, estava na sustentabilidade financeira (capacidade financeira do Estado para suportar as despesas públicas em cuidados de saúde de forma duradoura). Com a crise de 2011, com o apoio financeiro internacional, clarificaram-se as despesas escondidas e os pagamentos em atraso no SNS. As medidas de controle de despesa, de curto prazo e de longo prazo, deram uma atenção especial à área da saúde. Aos profissionais de saúde no SNS, como em geral no Estado, foi imposto um corte de remunerações e um aumento do horário laboral. Findo este período (2011-2014), um dos principais desafios do SNS era a recuperação deste “choque” nos recursos humanos. Contudo, o retomar de condições salariais e de trabalho foi mais lento na saúde do que em outras áreas, e o aumento de atividade registado foi apenas parcialmente absorvido pelas contratações de profissionais de saúde, que continuaram complexas e morosas. O aumento da carga de trabalho e do trabalho extraordinário dominou nos anos seguintes (2015-2019), até ao momento que ocorre a pandemia COVID-19. Os anos 2020 a 2022 são de pressão sobre os sistemas de saúde e sobre os profissionais de saúde. Assim, em 2023, tem-se um percurso de 12 anos de pressão contínua sobre os profissionais de saúde. É cerca de 30% da vida profissional, e quem iniciou a sua atividade profissional no SNS depois de 2011 só conheceu uma realidade de sucessivas “emergências organizacionais”. Assim, desde 2023 que a principal dificuldade no SNS deixou de ser a sustentabilidade financeira, e passou a ser a sustentabilidade técnica, a capacidade de ter os profissionais de saúde necessários para a atividade assistencial a realizar. A estes três “choques” sucessivos juntam-se duas outras pressões que levam à saída do SNS (ou a não entrar no SNS): a procura internacional, na Europa, e a procura, pelo setor privado em Portugal, de profissionais de saúde. As opções de trabalho para os profissionais de saúde são bastante diferentes do que sucedia 20 anos anos, incluindo as preferências no equilíbrio entre vida pessoal e vida profissional.

“A estes três “choques” sucessivos juntam-se duas outras pressões que levam à saída do SNS (ou a não entrar no SNS): a procura internacional, na Europa, e a procura, pelo setor privado em Portugal, de profissionais de saúde.”

Tornou-se, em 2024, comum falar-se da necessidade do SNS atrair e reter profissionais de saúde. Contudo, é mantida a tradição, baseada na formação de profissionais se transformar quase automaticamente em recrutamento pelo SNS. A realidade demonstra uma alteração substancial das dinâmicas passadas. Torna-se necessário uma abordagem distinta na forma como o SNS lida com os seus recursos humanos. E se os profissionais de saúde podem escolher onde irão trabalhar, a transformação terá de obrigatoriamente ocorrer.

D.

Essa transformação terá de ocorrer em três dimensões: primeiro, condições salariais (remunerações) e de local de trabalho; segundo, diversidade de opções de envolvimento, com maior ou menor envolvimento consoante as preferências e condições de vida de cada profissional de saúde; e, terceiro, uma perspetiva temporal de desenvolvimento profissional. De forma mais simples, estar definido que projeto profissional é oferecido (mesmo sabendo que podem existir alterações). Havendo várias dimensões a considerar, não é obrigatório que o setor público tenha de oferecer exatamente as mesmas condições em todas estas dimensões em comparação com setor privado ou com a procura internacional. Contudo, não será possível recrutar e manter profissionais de saúde se estiver sistematicamente com piores condições em cada uma das dimensões relevantes. Encontrar o equilíbrio adequado, em cada entidade do sistema de saúde, é o principal desafio na definição de uma estratégia de relacionamento com os profissionais de saúde. E é necessário, nessa definição, reconhecer a interdependência gerada pela mobilidade dos profissionais de saúde, incluindo a mobilidade internacional. O setor privado geralmente tem maior capacidade de decisão e facilidade de oferecer flexibilidade. O setor público tem processos de decisão mais lentos, e pela sua dimensão e requisitos de transparência e de tratamento não discriminatório, tem maior dificuldade em encontrar mecanismos de flexibilidade, e até de reconhecer a interdependência com outros setores.

“Contudo, não será possível recrutar e manter profissionais de saúde se estiver sistematicamente com piores condições em cada uma das dimensões relevantes.”

Em suma, é fundamental repensar a forma como os profissionais de saúde são atraídos e retidos, considerando no mesmo plano as três dimensões de condições de trabalho flexíveis, remuneração competitiva e percursos claros de desenvolvimento profissional, tendo em conta que os mesmos profissionais de saúde são pretendidos pelo SNS, pelo setor privado em Portugal e por prestadores de cuidados de saúde de outros países.

Pedro Pita Barros

BPI | Fundação “la Caixa” Professor of Health Economics
Nova School of Business and Economics
Universidade Nova de Lisboa

D.



ÉTICA E DEONTOLOGIA NA PROFISSÃO DE ADVOGADO

A profissão de Advogado, para a qual as universidades contribuem de forma decisiva, formando cidadãos com pensamento sistemático e crítico, implica um contacto humano permanentemente polémico, que nos impõe uma constante autofiscalização e a observância rigorosa de uma irrepreensível linha de conduta, além de uma aberta, clara e inequívoca, colaboração na defesa dos valores morais e sociais que valha realmente a pena defender.

Por isso, a ética na profissão e o respeito pelas regras deontológicas inerentes ao seu exercício da advocacia não são simples deveres morais. No caso particular do exercício de profissões reguladas, como é o caso dos advogados, a deontologia profissional reúne o conjunto de regras, maioritariamente de conteúdo ético, que regulam esta actividade, estabelecendo standards de conduta, não só na relação do advogado com o cliente, mas também em relação aos demais sujeitos com que o advogado se relaciona: tribunais, órgãos de investigação criminal, autoridades públicas, colegas de profissão. Por vezes, surgem na comunicação social casos relacionados com

D.

comportamentos menos próprios de advogados, casos que correm mal, casos em que o advogado não desempenha de forma adequada a sua função, mas esses são uma ínfima percentagem daquilo que é a actividade intensa e exigente dos inúmeros advogados que, diariamente, lutam pela Justiça e pela defesa das liberdades e garantias.

“Por isso, a ética na profissão e o respeito pelas regras deontológicas inerentes ao seu exercício da advocacia não são simples deveres morais.”

Há uma forte componente de bem público que se visa proteger. Nesse sentido, as normas estatutárias e o conseqüente processo disciplinar têm uma função garantística num Estado de Direito, revelada, de resto, pela consagração constitucional de imunidades próprias da profissão e pela natureza, atribuições e competências da Ordem dos Advogados. As regras de deontologia profissional têm, evidentemente, de ser apreensíveis por todos aqueles que escolhem entregar a sua vida a este exercício nobre da profissão de advogado. E têm de ser efectivamente aplicadas.

O advogado está, portanto, sujeito a um conjunto de deveres que, além do mais, requerem uma independência absoluta, isenta de pressão, onde se alicerça a fides, isto é, a confiança, essencial ao livre exercício da advocacia. Além disso, o exercício da profissão de advogado traduz-se, geralmente, na assunção de uma obrigação de meios, estando o advogado e o cliente numa relação assimétrica, na medida em que este confia naquele para acautelar os seus interesses, sem que esteja num plano de igualdade no que respeita ao conhecimento da legis artis. As regras deontológicas têm em vista o reequilíbrio dessa assimetria, pois a complexidade técnica da profissão não permite que o destinatário do serviço possa aferir de forma completa se a conduta do advogado que escolheu é – como deve ser sempre – irrepreensível.

A Ordem dos Advogados desempenha um papel essencial na defesa do Estado de Direito e dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, mas também na colaboração na administração da justiça e no acesso ao direito. A Ordem é indispensável como instituição reguladora de uma profissão que se quer livre, independente e exercida com autonomia técnica. E, nesse aspecto, a deontologia deve ser o elemento estruturante do trabalho da Ordem dos Advogados. Se não conseguirmos fazer valer a importância da Ordem em matéria disciplinar, estaremos condenados ao apagamento e a advocacia transformar-se-á numa actividade mercantil como outra qualquer, o que não se coaduna com a subida missão do Advogado na defesa em liberdade dos direitos fundamentais dos cidadãos.

“A Ordem é indispensável como instituição reguladora de uma profissão que se quer livre, independente e exercida com autonomia técnica.”

Isabel Menéres Campos

Professora na Faculdade de Direito
da Universidade Católica e Advogada



MITOS SOBRE HIGIENE DENTÁRIA

Manter uma boca saudável requer cuidados diários. Muitos problemas dentários surgem devido à presença prolongada da placa dentária, que é a principal causa da inflamação gengival e das cáries. A medida em que a placa dentária pode ser removida determina se as cáries dentárias podem ser prevenidas. Além disso, as escovagens diárias devem garantir uma aplicação eficaz de flúor. Indivíduos com boas práticas de cuidados orais tendem a apresentar menos gengivite e periodontite, e a manter mais dentes. Portanto, os profissionais de saúde oral em todo o mundo recomendam escovar os dentes duas vezes por dia com pasta de dentes com flúor.

Mito qual a melhor altura para escovar os dentes

Um número significativo de pessoas escova os dentes de manhã, ao acordar, e à noite, antes de ir para a cama. O debate em curso sobre se se deve escovar os dentes antes ou depois de uma refeição é, essencialmente, irrelevante, desde que a placa dentária seja removida completamente uma vez por dia, sem causar danos. Algumas pessoas preferem escovar os dentes antes do pequeno-almoço para refrescar a boca, enquanto outras optam por escovar após o pequeno-almoço para eliminar partículas de comida.

“Um número significativo de pessoas escova os dentes de manhã, ao acordar, e à noite, antes de ir para a cama.”

Na escovagem à noite, antes de deitar, é importante notar que o cansaço pode prejudicar a eficácia da escovagem nesse momento. Além disso, devido ao aumento da erosão dentária, é aconselhável evitar o consumo de alimentos e bebidas ácidas imediatamente antes de escovar os dentes.

D.

Mito da escova seca

Outra recomendação de higiene oral sugere que o uso de uma escova de dentes "seca", ou seja, escovar sem pasta de dentes ou sem molhar a escova com água previamente, pode contribuir para uma melhor remoção da placa dentária. No entanto, a literatura demonstrou que não há diferença significativa entre escovar com uma escova manual seca ou molhada.

Mito da melhor escova manual

Não existe a "melhor" escova de dentes manual. Neste contexto, a melhor escova é aquela que o paciente utiliza corretamente todos os dias.

Pode-se concluir que não existem estudos científicos que indiquem que um design específico de escova de dentes manual é superior a outro na manutenção da saúde gengival.

Uso do Fio Dentário

Vale a pena notar que o uso de fio dentário não resulta numa remoção de placa mais eficaz em comparação com a escovagem dos dentes sozinha. A eficácia do uso de fio dentário na redução do risco de cáries interproximais só é evidente quando aplicado de forma profissional.

O fio dentário pode ser benéfico nos espaços entre os dentes e os molares que são demasiado estreitos para outros dispositivos de limpeza interdental.

Colutórios

Parece haver um consenso de que os agentes anti placa não podem substituir os métodos convencionais de remoção mecânica, mas devem ser utilizados como complementos à limpeza mecânica.

Isso baseia-se no fato de que os produtos químicos utilizados até agora têm pouca, se é que têm, atividade de remoção da placa, e os depósitos podem ser inacessíveis a fluídos aplicados supragingivalmente.

Escovas Elétricas

O principal benefício de usar uma escova de dentes elétrica reside na sua facilidade de utilização. Os utilizadores não precisam de se preocupar com o movimento de escovagem em si; Apenas precisam de garantir o posicionamento correto da cabeça da escova. Isso permite que as pessoas se concentrem plenamente numa técnica de escovagem sistemática, assegurando uma limpeza ótima de todas as superfícies. A conveniência das escovas elétricas explica a observação prática de que mesmo indivíduos com hábitos de escovagem moderados muitas vezes beneficiam do uso de uma escova elétrica.

Tiago Marques
Médico Dentista

D.

TRANSPLANTES E ESCASSEZ DE ÓRGÃOS:
Novas Abordagens e Tecnologias

ANA LEITE OLIVEIRA

D.

A escassez de órgãos para transplante continua a ser um dos maiores desafios da medicina moderna. Todos os anos, milhares de pacientes aguardam, muitas vezes em vão, por um órgão que lhes possa salvar a vida. Apesar dos avanços significativos nas terapias imunossupressoras e de uma maior aceitação da doação de órgãos, o número de doentes à espera de um transplante continua a ultrapassar, de forma significativa, a oferta disponível. Este desequilíbrio crítico impulsionou a procura de soluções alternativas, entre as quais os xenotransplantes – a transferência de órgãos de animais para humanos – têm surgido como uma das opções mais promissoras.

A utilização de órgãos de animais como substitutos para órgãos humanos não é uma ideia nova. Nos últimos anos, no entanto, avanços na edição genética renovaram o interesse nessa área. Entre os diversos animais estudados, os porcos destacam-se como os doadores mais promissores, uma vez que a sua fisiologia, especialmente o tamanho e a funcionalidade dos seus órgãos, se assemelha significativamente à dos humanos, tornando-os candidatos ideais. Com a ajuda de tecnologias de edição genética, como a CRISPR, os investigadores conseguiram modificar o genoma dos porcos para reduzir significativamente a probabilidade de rejeição dos seus órgãos pelos seres humanos. Um dos momentos mais marcantes nesta área ocorreu em 2022, quando, nos Estados Unidos, foi realizado o primeiro transplante de um coração de porco geneticamente modificado para um ser humano. Embora o paciente tenha falecido dois meses após o procedimento, o facto de o coração ter funcionado durante esse período foi visto como um avanço notável. Este caso deu um novo impulso à investigação, mostrando que os xenotransplantes podem, de facto, ser uma solução viável para a escassez de órgãos. Desde então, têm sido realizados outros estudos promissores. Em 2023, por exemplo, um rim de porco geneticamente modificado funcionou durante dois meses num paciente em morte cerebral, sem sinais de rejeição, um feito que evidencia o progresso contínuo nesta área. Contudo, apesar dos resultados encorajadores, a rejeição imunológica permanece um dos maiores desafios. O corpo humano está programado para identificar e atacar qualquer tecido estranho, e embora a edição genética dos porcos tenha ajudado a minimizar este problema, a solução definitiva ainda não foi encontrada.

“Este caso deu um novo impulso à investigação, mostrando que os xenotransplantes podem, de facto, ser uma solução viável para a escassez de órgãos.”

Além das barreiras científicas, os xenotransplantes levantam questões éticas profundas. O uso de animais para fins médicos continua a suscitar debates sobre o respeito pela vida animal e os limites da intervenção humana na natureza. Muitos defensores argumentam que o sacrifício de animais pode ser moralmente aceitável se salvar milhares de vidas humanas, mas outros sublinham a necessidade de regulamentações rigorosas para garantir que os animais sejam tratados com dignidade e respeito. Além disso, a manipulação genética e a criação de uma

D.

"indústria de órgãos" baseada em animais geneticamente modificados também levantam questões sobre a mercantilização da vida e a desigualdade no acesso a esses avanços.

Apesar do entusiasmo em torno dos xenotransplantes, uma tecnologia emergente oferece uma solução com vantagens significativas: a descellularização de tecido. Neste processo, todas as células de um tecido/órgão doador (animal ou humano) são removidas, preservando apenas a estrutura de suporte – uma "matriz" que mantém a forma e as propriedades biofísicas do órgão. Conceptualmente, esta matriz pode então ser recelularizada com células do próprio paciente, criando um tecido ou órgão personalizado e eliminando a rejeição imunológica. Embora mais complexo, este processo elimina ainda o risco de transmissão de zoonoses, uma preocupação constante nos xenotransplantes.

Em Portugal, o Laboratório de Biomateriais e Tecnologia Biomédica da Escola Superior de Biotecnologia tem-se destacado na investigação sobre matrizes descellularizadas. Os investigadores trabalham para otimizar o processo de descellularização, preservando a integridade estrutural dos órgãos, e desenvolvem técnicas avançadas de recelularização com células estaminais ou especializadas para criar tecidos funcionais a partir dessas matrizes. O objetivo a longo prazo é criar tecidos e órgãos compatíveis com os pacientes, que possam ser transplantados com um risco mínimo de rejeição e sem a necessidade de imunossuppressores crónicos.

Enquanto os xenotransplantes oferecem uma solução promissora, as matrizes descellularizadas parecem representar uma abordagem mais segura e personalizada. O futuro na área dos transplantes poderá muito bem depender da conjugação destas tecnologias inovadoras, onde a rejeição imunológica e as preocupações éticas serão minimizadas, levando a uma redução significativa das listas de espera.

Ana Leite Oliveira

Investigadora, professora da Escola Superior de Biotecnologia da
Universidade Católica Portuguesa



D.

DAR NOVOS MUNDOS AO MUNDO

Quando refletimos sobre os horizontes do conhecimento humano, tendemos a erguer os olhos para os confins do universo. A energia escura e a matéria negra são apenas recentes indícios dos imensos mistérios que desafiam as leis da física e a nossa compreensão da realidade. A verdade é que a perseguição do infinitamente grande parece eternamente escapar-nos entre os dedos, ocultando a percepção de um universo igualmente fascinante que pulsa sob a nossa própria pele, onde microcosmos invisíveis podem conter respostas ainda mais vitais para o nosso futuro.

Qualquer aficionado de ficção científica se entusiasma com aventuras de exploração espacial, proclamadoras de uma nova Era dos Descobrimentos, onde os mais intrépidos e destemidos partirão com o propósito de 'dar novos mundos ao mundo'. Este desígnio expansionista – brilhantemente analisado por João de Mancelos no seu ensaio sobre “a retórica dos Descobrimentos portugueses e do Programa Espacial Norte-americano” – parece ofuscado pela

D.

própria magnificência, alimentando o engodo de que importância e grandeza andam de mãos dadas.

Sabe-se hoje que dentro de nós existem mundos. Mundos fervilhantes, onde populações microscópicas rivalizam em número com as próprias células humanas, coexistindo connosco numa sinfonia complexa e harmoniosa. Estes microbiomas – verdadeiros microcosmos – moldam em larga escala a nossa saúde, o nosso comportamento e, provavelmente, até os nossos pensamentos. O intestino humano, por si só, alberga biliões de microrganismos, representando milhares de espécies – um número que espelha a quantidade de estrelas na Via Láctea. Este cosmos interior não é mera metáfora; desempenha um papel crucial na digestão, no sistema imunitário e até na saúde mental. Publicações recentes sugerem ligações entre as bactérias intestinais e condições como depressão e ansiedade, insinuando uma conexão profunda entre a nossa microbiota e o nosso bem-estar emocional.

"Mundos fervilhantes, onde populações microscópicas rivalizam em número com as próprias células humanas, coexistindo connosco numa sinfonia complexa e harmoniosa."

Enquanto a sociedade debate cada vez mais o impacto da civilização no nosso planeta, esta perspetiva antropocêntrica ignora uma verdade fundamental: a nossa existência é uma via de dois sentidos, um diálogo contínuo com os ecossistemas que nos envolvem e habitam. O equilíbrio não reside apenas em minimizar a nossa pegada; está também em compreender como somos esculpidos pelos inúmeros microcosmos que nos acompanham. O microbioma humano desafia as nossas noções de individualidade. Seremos verdadeiramente entidades isoladas ou partes de um superorganismo que redefine o nosso conceito de identidade?

A biotecnologia surge como resposta a esta mudança de paradigma, oferecendo ferramentas para mapear esses universos ocultos e desvendar os diálogos complexos que ocorrem entre os seus protagonistas. Antes do surgimento da metagenómica, o estudo dos microrganismos que compõem o microbioma humano era feito de forma individualizada, limitando a nossa compreensão da verdadeira dimensão dessas comunidades, pois a grande maioria não pode ser cultivada em condições laboratoriais. A metagenómica transformou profundamente este campo ao permitir sequenciar o ADN de comunidades microbianas inteiras no seu ambiente natural, revelando uma riqueza genética e funcional antes inimaginável. Afinal, o que se julgava conhecer era apenas uma pequena ilha num vasto oceano genético. Sabe-se agora que somos parte de uma teia biológica intrincada e interligada, muito além do que era concebido.

D.

Reconhecer a influência do microbioma obriga-nos a reavaliar a nossa relação com o ambiente. Os microrganismos que habitam em nós são afetados pelos alimentos que ingerimos, pelo ar que respiramos e pelo solo que nutre as nossas colheitas. A poluição, o uso indiscriminado de antibióticos e as práticas de agricultura industrial não prejudicam apenas os ecossistemas externos; perturbam também os nossos mundos interiores. Esta interconexão revela o equívoco de nos vermos como separados da natureza. Como escreveu John Donne, "Nenhum homem é uma ilha" – as fronteiras entre nós e o ambiente são mais difusas do que imaginávamos.

"A poluição, o uso indiscriminado de antibióticos e as práticas de agricultura industrial não prejudicam apenas os ecossistemas externos; perturbam também os nossos mundos interiores."

Ao adotar esta perspetiva holística, a biotecnologia torna-se não apenas um veículo de progresso, mas uma ponte para um entendimento mais profundo. Convida a considerar que o descobrimento nem sempre requer foguetões ou caravelas; por vezes, emerge da inovação e introspeção. Talvez o espírito de "dar novos mundos ao mundo" nos convoque agora a olhar para dentro e explorar as vastas paisagens microbiológicas que carregamos. E talvez a verdadeira descoberta seja reconhecer que a fronteira mais desafiadora não está nas estrelas distantes, mas na compreensão de que somos parte de tudo e centro de nada.

Pedro Xavier

Investigador na Escola Superior de Biotecnologia da UCP

D.

**A NEUROCIÊNCIA NA ESTRATÉGIA DE
NEGÓCIOS E MARCAS**

**DECODIFICANDO O CÉREBRO HUMANO PARA DIRECIONAR
NEGÓCIOS E FUTUROS.**

ANDRÉ CRUZ

D.

A neurociência tem desvendado as bases biológicas do comportamento humano, abrindo novas fronteiras para a compreensão de como tomamos decisões, processamos informações e reagimos a estímulos.

Esses avanços têm impactado profundamente todos os campos, como marca, marketing, branding, pesquisa e negócios.

A aplicação das descobertas neurocientíficas está moldando a forma como as empresas desenvolvem suas estratégias de marca.

Com a neurociência, é possível medir a atividade cerebral e outras variáveis associadas às emoções, que surgem quando somos estimulados.

Diversos componentes dos processos emocionais e cognitivos que sustentam a percepção de marca ocorrem em níveis inconscientes e não são adequadamente mensurados pelas metodologias tradicionais de pesquisa de mercado (Lee et al., 2007).

A força cultural de uma marca gera respostas cerebrais diferentes que podem ser mensuradas. Portanto, a força de uma marca está diretamente relacionada à capacidade que ela tem de criar memória na mente das pessoas por meio de experiências que estabeleçam conexões emocionais.

Para as empresas, construir memória de marca é, mais do que nunca, uma questão de sobrevivência, pois sabemos que os sentimentos influenciam diretamente as nossas decisões.

“As pessoas falam o que pensam e agem de acordo com o que sentem.”

Aprendemos sobre o mundo e nos conectamos às marcas de forma mais sensorial e menos pragmática. Ainda que pensemos que a racionalidade está à frente da emoção no processo de compra, somos predominantemente inconscientes.

Em geral, os consumidores podem e desejam expressar sua opinião se solicitados. Entretanto, pesquisas mostram que, em algumas situações, eles podem não querer ou ser incapazes de fazê-lo.

Muitas vezes, os consumidores não falam sobre essas influências porque não têm consciência desse aspecto.

É aí que entra a tecnologia da neurociência como aliada às outras pesquisas para a geração de estratégia nos negócios, ajudando a compreender decisões emocionais e códigos não ditos que estão no subconsciente e inconsciente das pessoas.

Quando a tecnologia da neurociência é aplicada a marcas, estratégia ou marketing, o resultado é a mensuração do sistema nervoso central em relação a esses elementos. E com o uso de métodos e equipamentos neurocientíficos, é possível registrar e mensurar a atividade cerebral e outras variáveis psicofisiológicas associadas a diferentes estados emocionais que emergem quando um indivíduo é exposto a um estímulo.

D.

Falar de neurociência no contexto estratégico ou mercadológico é falar de dados. Toda análise que envolve neurociência implica análise estatística, o que torna o uso de tecnologias e equipamentos, como EEG, IAT e Eye Tracking, fundamental.

Empresas como Citibank, Disney, Nike, Apple, Google, Amazon, Spotify, L'Oréal contemplam em seus estudos dos consumidores a Neurociência e outras áreas do conhecimento como a musicologia, neurologia, filosofia, zoologia, antropologia, psicologia e sociologia.

E a tecnologia da neurociência também é aplicada em campanhas políticas, jogos eletrônicos, filmes de Hollywood e lojas virtuais.

Ou seja, a Neurociência, além de ser uma área fascinante, é extremamente lucrativa.

Embora os fatores pessoais e psicológicos causem um impacto importante na decisão final do indivíduo, os fatores culturais e sociais são os que mais profundamente influenciam o consumidor, pois fornecem a base para suas crenças, percepções e estilos de vida.

Tudo no cérebro funciona pela memória. Caminhamos, falamos e nos comunicamos porque nos lembramos de como fazer. O cérebro libera neurotransmissores ou hormônios quando estamos tristes ou alegres, sentimos medo ou prazer porque se recorda dessas respostas.

As emoções, a marca e a neurociência.

São as emoções que comandam o comportamento humano, especificamente no domínio do consumo. O consumidor procura uma relação emocional, via recompensa, experiência ou reconhecimento, pelo simples fato de que, como seres vivos, somos movidos por emoções e impulsos.

As emoções desencadeadas nos indivíduos, quando entram em contato com as marcas, têm uma forte influência sobre como eles processam mensagens, entendem e modelam sua resposta cognitiva aos estímulos recebidos.

Com a tecnologia da neurociência, é possível investigar o processo de como o cérebro aprende e lembra, compreender como reage às recompensas, punições, estímulos visuais, sensações, cores, aromas, imagens, etc. e estabelecer relações entre o cérebro, aprendizagem, emoção, reações e consumo.

Neurociência e o Futuro do Consumo

No futuro, interfaces cérebro-computador (BCI) irão desempenhar um papel fundamental no consumo.

Essas tecnologias já estão em desenvolvimento e permitem que as pessoas interajam com dispositivos digitais usando apenas seus pensamentos.

No contexto de consumo, isso mudará completamente a forma como compramos, consumimos produtos e como nos relacionaremos com as marcas.

André Cruz

Expert em Neurociência e Comportamento
CEO Neura e CEO ACDI

Diurna.



D.

A EVOLUÇÃO E RELEVÂNCIA DA ESTOMATOLOGIA: UMA ESPECIALIDADE COM MAIS DE UM SÉCULO DE HISTÓRIA

A Estomatologia é a especialidade Médica, de diferenciação Médico-Cirúrgica, que se dedica à investigação e tratamento da patologia que afecta o sistema estomatognático (boca e maxilares) integrando-a na patologia sistémica. O seu nome deriva do neologismo «Stomatologie» criado pelo médico Edmond Andrieu no ano de 1868, com base na palavra grega “stóma”, que significa “boca” e pode traduzir-se de forma literal como “estudo da boca”. O conhecimento aprofundado da boca e dos maxilares, que caracteriza esta especialidade, é o que lhe permite prestar cuidados diferenciados de muitas outras doenças que afectam a região facial, como as deformidades dentofaciais ou até os tumores da face e pescoço e as doenças das glândulas salivares.

“(…) cuidados diferenciados de muitas outras doenças que afectam a região facial, como as deformidades dentofaciais ou até os tumores da face e pescoço e as doenças das glândulas salivares.”

D.

A Estomatologia foi reconhecida pela primeira vez como especialidade Médica no XIII Congresso Internacional de Medicina, em Paris, no ano 1900 e depois, em 1906, no XV Congresso Internacional de Medicina, em Portugal, a Estomatologia foi consagrada como especialidade reservada a Médicos. Era o primeiro currículo Médico especializado que incluía formação dentária, leccionado nas Faculdades de Medicina e dirigido exclusivamente a Médicos.

A Estomatologia surge numa altura em que a arte dentária ainda era desconhecida pela Medicina, graças a alguns Médicos que reconheceram que as técnicas cirúrgicas e o domínio da aparatologia e prótese dentária tinham utilidade no tratamento de diversas afecções orais e faciais, que até à altura eram tratadas de forma limitada ou insuficiente. É também a primeira vez que o conhecimento odontológico integra o corpo de conhecimento da Medicina, inspirado pelo trabalho pioneiro do cirurgião e “especialista em dentes” Pierre Fauchard, considerado o pai da odontologia moderna, que compilou o conhecimento disperso da prática dentária no tratado intitulado “Le Chirurgien Dentiste”.

“(…) no tratamento de diversas afecções orais e faciais, que até à altura eram tratadas de forma limitada ou insuficiente.”

Na primeira metade do século XX, a especialidade de Estomatologia desenvolveu-se notavelmente, irradiando da prestigiada escola francesa a outros países do Centro e Sul da Europa, nomeadamente Bélgica, Luxemburgo, Itália, Espanha e Portugal. Em Lisboa, no ano de 1909, o Dr. Amor de Melo funda a primeira consulta hospitalar “das doenças da boca e dentes”, precursora do Serviço de Estomatologia do hospital de São José. Por Decreto-Lei de maio de 1911 é criada a especialidade de Estomatologia, sendo considerada a primeira especialidade Médica a surgir em Portugal.

“(…) 1911 é criada a especialidade de Estomatologia, sendo considerada a primeira especialidade Médica a surgir em Portugal.”

Mais tarde, no rescaldo das duas Grandes Guerras, verificava-se já uma profunda evolução da cirurgia oral no campo da traumatologia facial e na reconstrução da boca e da face, liderada quer por cirurgiões-dentistas quer por Cirurgiões Gerais e Estomatologistas. Estas novas áreas cirúrgicas, mais complexas, ajudaram a estabelecer o que actualmente se conhece por cirurgia maxilofacial. Na década de 1960, a Estomatologia impulsionou a criação dos primeiros serviços de Cirurgia Maxilofacial nos hospitais portugueses. No Hospital de Santa Maria, sob a designação de Serviço de Estomatologia e Cirurgia Maxilo-Facial, que mais tarde viria a dar origem ao Serviço de Cirurgia Plástica e Reconstructiva. Também nos países do Sul e Centro da Europa o caminho para a criação da Cirurgia Maxilofacial foi através da Estomatologia. Ainda hoje em França existe a especialidade

D.

de Cirurgia Maxilofacial e Estomatologia e na Bélgica a Cirurgia Oral e Maxilofacial é uma competência da especialidade de Estomatologia, sendo que aí os especialistas terminam a especialidade com dupla titulação em Medicina e odontologia.

Em 1975 é criada a Escola Superior de Medicina Dentária de Lisboa, por Decreto-Lei de 6 de junho, vindo colmatar a carência muito sentida em Portugal de tratamentos dentários para a população. O arranque do ensino da medicina dentária contou então com um corpo docente, inicialmente constituído por 13 professores fundadores, todos Médicos Especialistas em Estomatologia. As Escolas de Medicina Dentária foram, entretanto, integradas nas respetivas Universidades e formaram profissionais em número suficiente para a cobertura das necessidades de tratamentos dentários ao nível dos Cuidados de Saúde Primários.

Actualmente existem 27 serviços de Estomatologia nos Hospitais do SNS e mais de 150 especialistas e 50 internos que trabalham diariamente na consulta externa hospitalar, participando em consultas de grupo, no bloco operatório, internamento e serviço de urgência e realizando atividades de formação pré e pós-graduada.

Os Serviços de Estomatologia do SNS prestam hoje cuidados diferenciados no âmbito Médico-Cirúrgico dentário, oral, maxilar e facial. Tratando das anomalias do crescimento facial e das fendas lábio-palatinas, bem como das lesões e tumores da boca e dos maxilares, benignos ou malignos. Dedicam-se à reconstrução de defeitos da boca e da face e à reabilitação da função oral, seja em casos de malformação, iatrogenia ou consequência do envelhecimento. Tratam ainda as doenças das glândulas salivares e das articulações temporo-mandibulares, bem como a patologia dos tecidos moles da boca e da face constituam ou não manifestação de doenças sistémicas, auto-imunes ou infecciosas.

“Os Serviços de Estomatologia do SNS prestam hoje cuidados diferenciados no âmbito Médico-Cirúrgico dentário, oral, maxilar e facial.”

À medida que o conhecimento e a tecnologia médica avançam, surge a reflexão sobre o futuro da Estomatologia: Como é que esta especialidade, com as suas profundas raízes históricas, continuará a adaptar-se e a inovar para responder às novas exigências e desafios da medicina no século XXI? Seguramente, como sempre fez, colocando as coisas no seu lugar, com a boca no centro da cara e a Estomatologia no centro dos cuidados médico-cirúrgicos orofaciais.

José Cunha Coutinho

Diretor Interino do Serviço de Estomatologia da ULS Lisboa Ocidental
Membro da Direção do Colégio da Especialidade de Estomatologia
da Ordem dos Médicos

D.

ARTE EM DESTAQUE

MIGUEL DINIS

Músico, compositor e CEO do BUNKER Records



D.

Qual é a tua primeira memória musical? Qual é o primeiro momento que te lembras de haver música?

A minha primeira memória musical é com 5 anos, ou 4, talvez. Vivia numa casa pequena, onde eu morava com o meu pai, a minha mãe, e com a minha irmã mais nova. Havia um corredor muito estreitinho que dava para os quartos, e tinha um piano vertical do meu pai, onde eu brincava. Tinha uma estátua de um senhor a tocar, em cima desse piano, e outra de um sapo também com um piano. O meu pai tocava e eu brincava com as teclas. Apesar de não saber tocar, eu tocava. É essa a minha primeira memória musical. O meu pai a tocar, no piano vertical, a ocupar todo o corredor. Para além disso, numa fase em que eu tinha problemas para adormecer, ele tocava guitarra para mim, e eu adormecia assim.

Desde sempre existiu a música na tua vida? Quando é que começou a estar presente de forma mais séria ou acentuada?

Quando me mudei para o Porto, o meu pai costumava dar-me boleia de carro. Estava sempre a ouvir BEATLES, GENESIS, SUPERTRAMP, esse género de música. Foi mais ou menos também por essa altura que me começou a ensinar a tocar guitarra.

Foi o teu pai que te ensinou?

O meu pai também aprendeu a tocar sozinho, como eu. Ensinou-me as bases, e eu fui aprendendo por mim, até que aos 18 anos entrei nesta Academia. (*Academia de Guitarra do Porto, da qual atualmente o Miguel é o Diretor*).

Em que momento é que percebeste que era algo que tu poderias realmente fazer; que não era só um talento, e que podias realmente ser músico, fazer parte do universo musical? Quando é que te apercebeste de que podias quase que “capitalizar” a tua arte, o teu talento?

Diria que aos 20 anos, como músico mesmo. Eu não acabei o secundário nessa altura. Decidi sair da escola, porque estava com o sonho de ser músico, mas de uma forma talvez confusa. Sabia o que queria, mas não fazia a mínima ideia de como o iria fazer. Foi um salto às cegas para um mundo algo estranho e completamente desconhecido, mas do qual eu sabia já gostar muito. Aos 20 anos já tocava mais ou menos bem guitarra, já gravava algumas guitarras para músicos, e estava a ganhar algum dinheiro, então comecei a perceber que talvez fosse possível fazer disso carreira. **Quando dizes “fazer carreira disso”, referes-te a guitarra só, enquanto guitarrista?** Falo-te de música no geral. **Então aí já sabias que cantavas?** Aí já sabia que compunha, eu sempre compus. **Essa parte de composição começou quando?** Começou mal comecei a aprender guitarra, aos 8 ou 9 anos. Compunha músicas na guitarra, algumas só instrumental, outras músicas

D.

com letra. Eu sempre aprendi guitarra a compor. Tu podes aprender a tocar guitarra, por exemplo, numa escola tradicional, em que aprendes a tocar a música de outras pessoas, e toda a teoria musical por detrás disso, e que alicerça esse conhecimento. Eu aprendi de uma maneira que demora 10 vezes mais tempo, aprendendo a compor as minhas próprias músicas. Era o que eu fazia. Só compondo é que eu treinava.

Hoje, pensando em todas as decisões que já tiveste de tomar nesta área, há alguma que, podendo ir para trás, tivesses tomado de forma diferente ou noutra sentido?

Num aspeto mediato, o que me dá mais gozo é estar em estúdio, a gravar e a compor. Acho que é o que me dá mais gozo. Estar com artistas diferentes, ou mesmo a gravar coisas minhas. Estar com outros músicos a criar coisas em estúdio, gosto muito. Estás a criar algo e a fazer algo que gostas, num ambiente seguro, em que não há exposição nem julgamento por parte dos outros músicos. Todos erram, ou seja, não há problema em errar um take ou outro. Mas sinto sempre que tiro muito prazer do fim de um concerto. Nunca antes do concerto ou durante. Depois. Quando o concerto já está terminado.

Sentes que a angústia supera isso? A angústia do que antecede o concerto?

Eu não janto, antes dos concertos. Mas também, há uma grande diferença para mim, entre ter concerto em nome próprio, ou acompanhar outro artista. Porque quanto à guitarra, eu estou extremamente confiante, não tenho problema nenhum. Na parte de cantar temas meus, é mais difícil, porque os temas são meus, falam sobre coisas minhas. As pessoas estão a ouvir e podem perceber ou não que estou a falar de coisas minhas, e de histórias que passei, e por isso deixa-me sempre mais desconfortável. Mas a realidade é que quantas mais vezes passas por isso, pelo desconforto do antes, mais a balança se ajusta, menos angústia começo a sentir antes dos concertos, e mais prazer consigo sentir. E depois os momentos bons que partilhas com amigos, como é o caso da Bruninha, o Miguel, o Camelo, que são as pessoas que tocam comigo, começas a criar memórias; os quartos de Hotel, as idas à piscina à noite depois do concerto.

“Mas sinto sempre que tiro muito prazer no fim de um concerto.”

Sentes que nesta área o perfeccionismo é um inimigo do progresso?

Não te sei responder a isso. Quando dizes “perfeccionismo”, é ao ponto de a pessoa querer ser tão perfeita que nunca fecha nada? Nunca ou quase nunca? Depende do quanto queres dedicar ao projeto que estás a fazer. Ou seja, se não te importares de dedicar cem vezes mais de tempo do que outra qualquer pessoa dedicaria, acho que o perfeccionismo pode ser uma coisa boa; é assim que fazes peças de arte. Só que se fores uma pessoa que não quer dedicar muito tempo, ou que não tem muito tempo para dedicar, como acho que é o meu caso, pode ser prejudicial. Eu acho

D.

que sou perfeccionista, só que não tenho o tempo de que preciso para dedicar, e, nesse aspeto, prejudica-me. Mas há três anos, quando tinha muito mais tempo livre, era uma qualidade. Simplesmente porque não me importava de passar muitas horas a fazer as coisas para que saíssem muito bem. Agora, se houver tempo e não tanta pressão, o meu conselho é que façam as coisas perfeitas na sua própria ótica. Para que depois de lançar, pensem “fiz o melhor que pude”. Só assim se constrói uma peça de arte. Ninguém faz uma escultura do Miguel Ângelo e chegando ao cabelo, fazem-lhe caracóis na parte da frente e nada na parte de trás, só porque “ninguém vai ver a parte de trás da escultura”. Acho que tudo tem de estar perfeito.

“(…) o meu conselho é que façam as coisas perfeitas na sua própria ótica. Para que depois de lançar, pensem “fiz o melhor que pude”.

Em termos de composição, isto é uma coisa que te encontra? Que vai ter contigo? Ou tu procuras? Tu sentas-te e escrever de forma quase mecanizada? Ou tens um processo mais poético?

Acho que é um bocado dos dois. Acho que mesmo quem diz ser só a primeira, depois chega a estúdio e senta-se lá uma hora à volta de uma frase, acontece a toda a gente. Já tive músicas que compus no meio de uma festa em casa de amigos numa varanda, em dez minutos. E já tive músicas, como a “Não me vais deixar”, em que demorei um ano. Por isso depende. Realmente, há vezes em que a música vem ter contigo, só que só vem porque tu estás pronto para a receber. Se não estiveres por exemplo com a guitarra na mão, ou com o telemóvel pronto para gravar uma ideia qualquer, ou um caderno, a música vai, mas não volta. Acho que até se diz mesmo no mundo da música *“se a inspiração te toca, vamos rezar por que estejas pronto para a receber”*, porque se fores uma pessoa que está só à espera de que a inspiração te toque, mas não a procurares proativamente, não te vai tocar, porque não estás pronto para a receber. O processo é mecanizado quando as músicas estão já compostas e vão para estúdio; aí é que dá para perceber que partes de guitarra é que vou pôr, o baixo, a bateria, ou dar uns retoques na letra. Agora, a própria composição da música, é esporádico, apesar de rotineiro. Por exemplo, eu certifico-me de que, sempre que acabo de jantar e vou fumar o meu cigarro, tiro um café e vou para o piano, ou que pego na guitarra. Certifico-me de que crio pequenas rotinas dentro do meu dia para que a inspiração possa chegar. Mas nunca compus uma música em que me sentei e pensei “Com estes acordes” e “Vou escrever sobre isto”. É sempre algo muito natural. Menos quando vais para estúdio, aí é penoso. Só que também é por isso que eu gosto, porque é penoso, mas é um trabalho em equipa. Estás a fazer uma coisa maçadora, mas com muita gente que gosta e acredita no projeto, e a própria equipa e as pessoas que te acompanham, transformam algo penoso, em algo bonito.

D.

Qual dirias que é a maior dificuldade para se passar de ninguém a alguém na indústria musical em Portugal?

Eu acho que a dificuldade em Portugal é igual à dificuldade que sentirias em qualquer outro país. Se calhar cá até é mais fácil. Portugal é mais pequeno, o número de agências é menor, os contactos com as rádios; se estiveres mais ou menos no caminho certo, e fizeres coisas boas, as pessoas que te podem pôr nos sítios certos, vão-te ouvir. Agora, outra questão poderia ser, o quão difícil é, em Portugal, um músico viver da música. Acho impossível. Não consegues, mas na América consegues. Porquê? Porque na América, todos os dias, tens milhares de concertos. Quer sejam bandas de covers, bandas de Blues, ou de qualquer que seja o género, há sempre um nicho que te permite suportar-te financeiramente e à tua família. Em Portugal não tens isso. Em Portugal quem consegue fazer vida da música é a equipa que está à volta de uma grande personalidade, de um grande nome da música portuguesa. O agente, o segurança, os músicos. Se tiveres, por exemplo, um projeto de Blues, não consegues viver disso em Portugal, porque terás no máximo um ou dois concertos por semana, num bar qualquer. E se calhar, quando chegar a altura do verão, tens dez festivais para fazer; mas de repente somas isso tudo e não é o suficiente para pagar contas ou ter um filho, eventualmente.

“(...) mas na América consegues. Porquê? Porque na América, todos os dias, tens milhares de concertos.”

Para além da tua carreira, és ainda Diretor de uma Escola de Música e professor. Abdicarias disso? Se fosse hipoteticamente necessário, para poderes perseguir a outra carreira.

Abdicar de ser professor? Ou do projeto da Bunker no seu todo? Abdicava de dar aulas, sim. E do resto, sim, se justificasse. Mas, mesmo que estivesse aqui alguém a gerir, eu continuaria a trabalhar aqui, sempre. Se calhar não de forma tão presente, não todos os dias, mas estaria aqui na mesma. Sempre com o intuito de fazer este projeto crescer. Sempre foi o que fiz, quer eu esteja a ajudar alguém a começar um projeto novo, ou com o meu, sempre tentei levar comigo a Bunker para a frente, e a Academia. O meu objetivo de vida é ajudar outros músicos a crescer.

D.

Hoje, pensando em todas as decisões que já tiveste de tomar nesta área, há alguma que, podendo ir para trás, tivesses tomado de forma diferente ou noutra sentido?

As decisões que tomei, levaram-me a ser o que sou hoje, e resultaram, porque estou aqui, mas há alguns erros que preferia não ter cometido. Por exemplo, ter permitido a clientes que viessem gravar ao estúdio, que pagariam no fim, e terem ido embora sem pagar. Por outro lado, tinha de aprender isto de alguma maneira, portanto ainda bem que aconteceu, porque sei que se não aprendes que algo te faz mal, vais continuar a fazê-lo até aprenderes que te faz mal; hoje não cometera esse erro.

Depois de fazer isto tantas e tantas horas por dia, a música continua a não ser “banalizada”? Continua a ser um recanto, um espaço puro? Ou tornando-se um trabalho, perdeu a beleza?

Não perde a beleza. Pode perder a beleza por vezes a parte mais administrativa, porque apesar de ter a ver com a música, não é música. Ter uma Academia de Música, uma Empresa de Produção, apesar de estares sempre ligado a música, não são essas as áreas da música de que eu gosto. Há certas partes que não têm grande encanto. Mas perguntas-me se a música perdeu o encanto na minha vida? Não, nunca vai perder, é música. Nunca vai perder. Eu nasci com música, vou viver com música, vou morrer com música, é a minha vida; é o meu destino, a minha essência. **“É de onde partes e onde vais parar?”** Exatamente. É um ciclo. Se tiver um filho prefiro que ele queira ser engenheiro, informático, tudo menos músico. Há um lado mau, claro. O lado mau com o qual eu nasci para saber lidar, por ter nascido para fazer isto. A música em si, na sua essência é uma coisa linda. A música na prática é uma coisa ainda mais linda. A música como negócio, é que já não é uma coisa tão linda. Atualmente, para seres músico, não podes ser só músico. Tens de ser músico, tens de perceber de Marketing, tens de ser criador de conteúdos e perceber de redes sociais. É um negócio. Prefiro que um filho meu tenha uma vida confortável como engenheiro, em que trabalha para outra pessoa, recebe o seu ordenado, tem a sua casinha, com a família, o cãozinho e uma hortinha, e vive uma vida confortável, e ouve música na mesma. E até pode tocar, pode ter um piano em casa e tocar com amigos. Agora, fazer disto vida, é algo que só desejo a alguém que não consiga mesmo viver sem música. Alguém que fique uma semana sem tocar e comece a ficar em baixo porque precisa de tocar, porque a música é um vício. És um viciado eterno. Nascas viciado e vais morrer viciado. É o que te digo, para mim é impossível de largar de qualquer das formas. Por exemplo, penso muito nisto, se tivesse um acidente de carro, ou ficasse sem braços e não pudesse mais tocar. Eu ia arranjar forma de trabalhar como produtor, ou tocar com os pés. Eu não acredito muito no destino. E também não acredito que uma pessoa nasce só para fazer algo, até porque eu próprio gosto de fazer mais coisas do que música, e imaginava-me a fazer carreira noutras áreas. Só que acredito piamente que há uma coisa que te faz viver de outra forma.

D.

“Mas perguntas-me se a música perdeu o encanto na minha vida? Não, nunca vai perder, é música.”

Conta uma memória da música de que te vás lembrar para sempre, uma sensação, um momento que reviverias, mantendo numa caixinha.

Provavelmente o concerto em Carrazeda. Foi bom. A minha família da parte da minha mãe é de lá, e passei lá muito tempo em criança. Abri o concerto para o Rui Veloso, toquei para a minha família toda, toquei para imensos amigos meus, e, em cima do palco também estava repleto de amigos. Estava lá o Caxide também, que foi quem me ajudou com isto tudo. Ou seja, toda a gente que foi importante e que me ajudou no meu circuito musical, estava lá. Acho que foi o melhor dia da minha vida. Depois o concerto correr tão bem, as pessoas adorarem, sair e estar com o Veloso, o Veloso adorar. Não sei, acho que é uma memória que eu gostava de guardar numa caixinha e ir revendo, que é algo que faço até, de vez em quando.

No mundo da música, como gostarias de ser lembrado, enquanto artista?

Honestamente, eu gostava de ser lembrado como alguém que dinamizou muito a música no Porto. Mais isso até do que como artista. Ajudar inúmeros artistas a crescer, acho que é uma boa forma de dinamizar a música no Porto, por estar a ajudar projetos originais. Acho que é essa a minha missão de vida, e até a missão da Bunker. Tornar a música acessível a toda a gente. Há cá um aluno da Academia que toca guitarra, tem aulas aos sábados, e é pai; e temos outra aluna que toca bateria, que é filha dele. E todos os sábados eles pedem-me para ficar pelo menos uma hora, duas horas, a tocar juntos. E gosto mesmo de possibilitar isso, porque sei que daqui a 15 anos ou 30, quando a filha tiver um filho, não acho que se lembrarão de mim, mas sei que dirá *“eu tocava com o teu avô na escola da música”*. Gosto da ideia de tornar a Bunker imortal, porque és sempre imortal enquanto se lembram de ti. Por exemplo, eu nunca conheci o meu avô (pai do meu pai), mas pelas histórias que sei dele, sinto que o conheço, e contarei essas histórias aos meus filhos também. O meu pai certificou-se de que eu nunca me esquecia do pai dele. E gosto de levar isso comigo. Quer eu morra amanhã ou hoje, que se lembrem de mim por ter ajudado os outros.

D.

5 preferidos (agora, amanhã poderiam ser outros):

- **Música:** Midnight in Harlem
- **Artista:** Ariel Posen
- **Atuação ao vivo:** John Mayer no NOKIA THEATRE
- **Um acorde, uma nota:** lá suspenso, mi Maior
- **Voz:** a voz da Francisca Rocha

Conta-me um grande sonho que ainda esteja por cumprir.

Um que até pode ser real é um dia tocar para Coliseus cheios. Em nome próprio, com a minha banda, as minhas músicas. Um sonho mais irreal, seria encher o Estádio do Dragão. Eu sou portista ferrancho, não a nível de clube, mas de cidade.

Como descrever a sensação do que a música é para ti numa palavra?

Dependência. É algo que toda a gente que é músico, tem de fazer. Ninguém escolhe. Ninguém é músico porque calhou. Pode haver pessoas que são engenheiros porque sim, porque escolheram sê-lo. Não há músicos porque sim. É sempre uma escolha contra tudo e todos, que tem de ser feita. Por isso dependência, porque não há forma de fugir, se és músico é porque és.

Se fosses um instrumento, qual serias?

Uma guitarra acústica. É um instrumento íntimo. Fazerem-te uma serenata com uma guitarra, de uma música que escreveram para ti...bonito. É provavelmente o instrumento em que se fazem mais canções, é o instrumento das surpresas à namorada, das dedicatórias.

Francisca Rocha
Editora do Jornal Diurna.

OS TEXTOS DOS AUTORES CONVIDADOS
NÃO SÃO SUJEITOS A QUALQUER PROCESSO
DE REVISÃO, POR RESPEITO AO ESTILO
PRÓPRIO DE CADA UM.



D.

DIURNA.



Diurna.

D.

DIREÇÃO NACIONAL

DIRETOR NACIONAL

ANA LORENA DE SÈVES

EDITOR IN CHIEF - PORTO

CATARINA SAMÕES

EDITOR IN CHIEF - LISBOA

RUI LOPO

EQUIPA EDITORIAL

PORTO

CATARINA SAMÕES

ADRIANA MAGALHÃES

FRANCISCA ROCHA

RUI SANTOS

LISBOA

ANA LORENA DE SÈVES

RUI LOPO

JOAO SOEIRO DA COSTA

JOAO PINHEIRO DA SILVA

ROSALINA DE SOUSA

BRAGA

MARIA CLARA VALENTIM

VISEU

BEATRIZ OLIVEIRA

MARKETING MANAGEMENT

ANA LORENA DE SÈVES

CATARINA SAMÕES

O JORNAL NACIONAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERISDADE CATÓLICA PORTUGUESA

PORTO | LISBOA | BRAGA | VISEU